

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MODERADOR: Laura Ferreira-Pereira – ISCSP-UTL

**Título da Comunicação:** *The crisis to come***Autor:** **GUILHERME MARQUES PEDRO** (guilhermemarquespedro@gmail.com)**Instituição:** **IPRI-UNL****RESUMO**

This paper revisits Eric Voegelin's description of "the crisis of the Age", spelled out in his 1944 essay „Nietzsche, the crisis and the War, in order to account for the potential for conceptual renewal in contemporary international politics, amid fears of generalized conflict and social unrest in the world. Indeed, recent developments at the domestic level of various Western countries seem to undermine, but also announce, the possibility of, and the religious belief in, a different international order. If secularization represented, for Voegelin and others, the modern appropriation of the Christian view of history by means of the desecration of God, are we to understand that the present crisis of capitalism, and what many have described as the collapse of the traditional modern ideologies, points to a call for the return to, and revalidation of, those religious worldviews which offer more than a precarious security? Or does it mean, instead, that both the theological and the secular have now become normatively saturated, and the task ahead is to invent new ways of thinking about security and politics so as to give way to previously unthought possibilities of togetherness? How are the recent worldwide appeals and negative protests against the hegemony of financial markets and leaderships to be turned into a positive call for the community to come? In light of this, this paper tentatively predicts a "crisis of normative imagination" resulting in an overall philosophical and theological impotence to boost the conceptual production and theoretical renewal of modern societies, as recent international events seem to point to the recrudescence of faith in higher possibilities of collective life and fulfilment which, however, will for sometime remain unmatched by the paradigms of order and security arising from the present time.

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MODERADOR: Laura Ferreira-Pereira – ISCSP-UTL

**Título da Comunicação: *Adopting a social psychological approach to geographical mental maps in foreign policy analysis*****Autor: LUÍS MIGUEL DA VINHA**  
**Instituição: Univ. Coimbra****RESUMO**

The influence of geographic mental maps on foreign policy has focused on a cognitive psychology approach to decision-making. In other words, most of the research has centred on the cognitive traits of individual decision-makers, particularly national leaders. When a collective approach is considered it usually involves the aggregation of the various individual cognitive constructs. However, recent developments in several different disciplines focusing on group research have contributed to alter this perspective. Cognition is increasingly being treated as a fundamentally social activity. Accordingly, groups are currently viewed as information processors that are capable of encoding, storing and processing sizable amounts of information. More specifically, group information processing entails the degree to which information, ideas, or cognitive processes are shared, among the group members and how this sharing of information affects both individual- and group-level outcomes. This paper argues that the adoption of a social psychological approach is more appropriate for dealing with the complex processes involved in foreign policy decision-making.

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MODERADOR: Laura Ferreira-Pereira – ISCSP-UTL

**Título da Comunicação: *Controversies in international relations: subject-matter, theories and morality*****Autor: PAULO RIGUEIRA (paulo.rigueira@postgrad.sas.ac.uk)****Instituição: University of London****RESUMO**

This piece aims to address two distinctive problems of International Relations (IR): its subject-matter and its theoretical traditions. First, it will assess how there are three distinctive ways of understanding IR's subject matter. Some think that studying IR means studying the diplomatic-strategic relations of states and the characteristic focus of IR is on issues of war and peace, conflict and cooperation. For others the focus should be on cross-border transactions in general and the ways in which states and non-state actors relate to one another. Finally, a more radical view stresses how behind these cross-border transactions are power struggles stressing, in doing so, the subjectivity of IR's subject-matter. Secondly, the piece will focus on three distinctive ways of theoretically analysing IR. It will describe these different theoretical perspectives along an axis of explanatory, interpretative and normative theories. The broader aim of the piece is, therefore, to broadly characterise what clearly distinguishes IR from other disciplines such as History, Law or Demography. The piece will therefore focus on IR's struggle for academic differentiation.

**PROCESSO DE TRANSIÇÃO EM TIMOR-LESTE**

MODERADOR: Maria Raquel Freire - FEUC/CES

**Título da Comunicação:** *Construção da paz em Timor-Leste: uma análise das dinâmicas de política externa portuguesa***Autor:** MARIA RAQUEL FREIRE (rfreire@fe.uc.pt)  
ANTÓNIO LEITÃO (leitaolxix@gmail.com)  
PAULA DUARTE LOPES (pdl@fe.uc.pt)**Instituição:** CES-UC**RESUMO**

A questão do intervencionismo ganhou centralidade na política e prática internacional devido às implicações que acarreta, desde os procedimentos de tomada de decisão até aos efeitos da implementação. A manutenção e a construção da paz tornaram-se instrumentos e práticas fundamentais neste quadro alargado do intervencionismo, estando consolidados na doutrina das Nações Unidas. Partindo de uma abordagem crítica, este artigo analisa a relação entre *peacekeeping* e *peacebuilding* em Timor Leste como reflexo do intervencionismo internacional actual, explorando as dimensões conceptuais destes processos, nomeadamente como se interrelacionam (ou não), que actores estão envolvidos e como se coordenam, especialmente ao nível do processo de tomada de decisão. De forma particular, o artigo foca a política externa portuguesa no que concerne as motivações e decisões de intervenção e envolvimento no processo de paz em Timor-Leste, olhando os actores envolvidos, as decisões tomadas e a estratégia subjacente, ou falta dela. O texto argumenta que além de um processo de decisão complexo, envolvendo actores diferenciados com atitudes, interesses e percepções distintas, a falta de uma estratégia clara e bem definida que informe as decisões portuguesas no que respeita o seu envolvimento (através de contributos humanos e/ou materiais) em missões de paz no estrangeiro, reduzem a capacidade do país em termos de acção e projecção desta.

**PROCESSO DE TRANSIÇÃO EM TIMOR-LESTE**

MODERADOR: Maria Raquel Freire - FEUC/CES

**Título da Comunicação: *As forças armadas portuguesas e o seu envolvimento no processo de paz em Timor*****Autor: FRANCISCO PROENÇA GARCIA (garcia.fmgpp@mail.exercito.pt)****Instituição: IESM****RESUMO**

Este artigo começa por enquadrar a intervenção das Nações Unidas em Timor Leste, caracterizando a situação interna durante o período das eleições legislativas, caracterização que em certos aspectos permanece actual, e que se revela fundamental para compreender o papel da componente militar. O argumento principal assinala o facto de esta Missão atravessar praticamente todas as tipologias de operações da Agenda para a Paz. Começa-se com *peaceenforcement*, ao abrigo do capítulo VII, com a INTERFET, passa-se depois para uma operação de *peacekeeping/peacebuilding* multidimensional, e desta para o desenvolvimento normal do país. No fundo acompanhou-se a transformação do conflito, típico das operações de paz, num produto coordenado de várias intervenções levadas a cabo por actores oficiais e não oficiais que trabalharam a todos os níveis da sociedade.

**PROCESSO DE TRANSIÇÃO EM TIMOR-LESTE**

MODERADOR: Maria Raquel Freire - FEUC/CES

**Título da Comunicação:** *Militares portugueses em missões de paz: “cosmopolitismo do rés-do-chão”?***Autor:** HELENA CARREIRAS (helena.carreiras@defesa.pt)**Instituição:** ISCTE-IUL**RESUMO**

Desde meados da década de 1990, mais de 35000 militares portugueses participaram em missões multinacionais de apoio à paz. Não tendo sido objecto de uma análise sistemática, muitas dessas experiências geraram, no entanto, relatórios e avaliações - tanto a nível nacional como internacional - que sublinham o sucesso das missões do ponto de vista da prestação dos militares portugueses e do seu ajustamento aos novos contextos de actuação profissional. Nesta comunicação, escrutina-se alguma da informação disponível sobre a suposta 'interoperabilidade cultural' destes militares, a partir de aspectos como percepções sobre a internacionalização, relação com populações locais e atitudes face a outros actores e contingentes nacionais no terreno. De seguida, levantam-se questões relativas à importância deste vector no quadro das estratégias de adequação da participação portuguesa neste tipo de cenários.

**ESTADO DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS EM PORTUGAL**

**- MESA REDONDA -**

MODERADOR: Ana Paula Brandão – NICPRI, Univ. Minho

**Autor:** BRUNO CARDOSO REIS (bcreis37@gmail.com)

**Instituição:** ICS-UL

**RESUMO**

Os Estudo da Estratégia é uma actividade muito antiga no campo específico da profissionalização dos militares. É bem mais recente com actividade académica também feito por civis e, seja por civis ou militares, agora com um lugar próprio no âmbito das ciências sociais, e mais especificamente das ciências políticas e históricas. Tradicionalmente data-se o desenvolvimento da estratégia como campo de conhecimento minimamente institucionalizado e não apenas de formação profissional dos militares a partir de Primeira e sobretudo da Segunda Guerra Mundial e dos problemas especiais colocados pela questão do nuclear. Portugal foi em boa parte estranho a essas evoluções. E foi dos militares que surgiu o impulso para uma certa animação e renovação do campo em Portugal alguns anos depois. Procurariamos neste painel, num formato de mesa redonda reunir alguns especialistas que tem desenvolvido trabalho na última década ou mais neste campo no sentido de avaliar quais os passos dados, quais as carências verificadas, quais os desejáveis passos futuros. Seria portanto um painel de formato amplo e relativamente livre e com cada um dos conferencistas a poder avançar com as suas próprias pistas nestes sentido.

**ESTADO DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS EM PORTUGAL**

**- MESA REDONDA -**

MODERADOR: Ana Paula Brandão – NICPRI, Univ. Minho

**Autor:** LUÍS TOMÉ (relintual@gmail.com)

**Instituição:** UAL

**RESUMO**

Dentro do enquadramento geral deste painel em formato mais de mesa redonda propomo-nos olhar para a segurança em geral e mesmo os estudos estratégicos em particular como um dos campos mais pleno de ambiguidades, mais contestado e debatido no quadro disciplina das relações internacionais. As perspectivas mais tradicionais têm sido contestadas e novas abordagens têm emergido. A questão que se coloca é até que ponto elas já tem tido impacto em Portugal, e que impacto deveriam ter no future, e que contribuição em geral no parece possível fazer.



**A IDEIA DE EUROPA**

MODERADOR: Paulo Vila Maior - UFP

**Título de comunicação:** *Europa e democracia. Um confronto entre E.Balibar e A.Negri***Autor:** IRENE VIPARELLI (viparelli1@interfree.it)**Instituição:** NICPRI**RESUMO**

A presente intervenção propõe-se a refletir sobre a questão da realização duma Europa democrática, através do confronto entre as análises sobre a Europa levadas a cabo por E. Balibar e por A. Negri. Os dois autores partem de pressupostos comuns: a crise insuperável do Estado-nação impõe necessariamente a deslocação da questão da democracia para a dimensão europeia; contudo o projeto duma Europa democrática parece profundamente problemático, na medida em que a disjunção da questão da democracia do Estado-nação torna incerto o estatuto das categorias fundamentais da democracia: povo, representação, cidadania, etc. Como ultrapassar esta íntima contradição da União Europeia? Na perspetiva de Balibar, é preciso um trabalho teórico e crítico que, “desconstruindo” e “reformulando” os clássicos princípios da tradição republicana, permite a sua refundação e autonomização no âmbito nacional. Para Negri, pelo contrário, apenas colocando a questão democrática a partir dum aparato categorial radicalmente novo é possível renovar os valores da tradição republicana europeia. Por meio deste confronto pretendemos colocar a hipótese de que a democratização da União Europeia constitui a condição de possibilidade da sua própria sobrevivência, o único caminho a percorrer para conseguir sair da crise atual.

**A IDEIA DE EUROPA**

MODERADOR: Paulo Vila Maior - UFP

**Título de comunicação:** *O cosmopolitismo de Jean-Marc Ferry*

**Autor:** JOSÉ PEREIRA DA COSTA (josepereiradacosta@hotmail.com)

**Instituição:** FCSH-UNL

**RESUMO**

Nestes dias de intensa dramaticidade sobre o futuro da União Europeia, que estaria em perigo por razões meramente economicistas e financeiras, convém recordar que o projecto europeu está muito para além da sobrevivência ou não da moeda única e da zona euro. Nada mais útil, para isso, do que nos socorrermos daqueles que reflectem sobre estas questões mais aprofundadamente.

Jean-Marc Ferry, no seu artigo *European Integration and the Cosmopolitan Way*, dá-nos uma perspectiva de uma Europa cosmopolita e pós-nacional, baseada no direito transnacional, em que se distingue a cidadania (europeia) da nacionalidade e se funda uma comunidade de povos europeus, baseada no reconhecimento das especificidades nacionais, mas também nos direitos cosmopolitas, transversais a todos os cidadãos europeus.

**A IDEIA DE EUROPA**

MODERADOR: Paulo Vila Maior - UFP

**Título de comunicação: *O papel da identidade nas relações EU-Turquia*****Autor: ANDRÉ PEREIRA MATOS (a\_p\_matos@hotmail.com)****Instituição: CEPESE****RESUMO**

As relações entre a União Europeia e a Turquia têm sido marcadas, ao longo das últimas décadas, por uma grande instabilidade e incerteza. A concretização da adesão da Turquia tem sido sucessivamente adiada, em detrimento de outros alargamentos, e não se vislumbra ainda uma tal possibilidade.

O presente artigo defende que a identidade constitui um elemento central na compreensão deste fenómeno: a construção da representação do outro e as percepções mútuas que daí advêm parecem ter um peso considerável no desenvolvimento das relações entre ambos os actores e, por consequência, no processo de integração turca.

A variável central escolhida para este estudo tem vindo a receber uma atenção crescente nas Relações Internacionais, nomeadamente pela corrente construtivista, e implica a aceitação da influência das percepções nas escolhas políticas. Reflectiremos ainda sobre a possibilidade de os constrangimentos socioculturais percebidos constituírem uma barreira psicológica à aproximação de ambos.

Com implicações políticas visíveis, esta reflexão é fundamental para compreender em profundidade a natureza daquela relação e as oportunidades que estão à sua disposição, para além de levantar questões pertinentes relativamente à identidade da própria União Europeia, nomeadamente os seus princípios de liberdade e tolerância, e da disposição da Turquia em juntar-se ao grupo europeu.

**A IDEIA DE EUROPA**

MODERADOR: Paulo Vila Maior - UFP

**Título de comunicação:** *A deriva intergovernamental da União Europeia: vinho velho em garrafas novas?***Autor:** PAULO VILA MAIOR (pvm@ufp.edu.pt)**Instituição:** Univ. Fernando Pessoa**RESUMO**

Tendo como objeto de análise a crise da dívida soberana na zona euro, a comunicação pretende averiguar se as reações em cadeia são um sintoma de deriva intergovernamental da UE. Por um lado, os interesses nacionais em confronto parecem dominar a lógica de ação. Por outro lado, as instituições da UE que representam interesses supranacionais têm primado pela ausência ou manifestam a sua impotência perante o protagonismo dos governos nacionais. Neste contexto, a comunicação passa em revista os acontecimentos recentes da história da integração europeia, procurando averiguar em que sentido concorrem para um retrocesso intergovernamental ou se, ao invés, apenas simbolizam o paradigma dominante da integração europeia. Para auxiliar nesta tarefa são recuperados alguns acontecimentos marcantes da história da integração europeia, procurando indagar que atores (governos nacionais ou instituições da União) concorreram para a ocorrência desses acontecimentos. Por fim, a comunicação interroga-se se os recentes acontecimentos representam uma oportunidade perdida para um salto qualitativo no processo de integração europeia. Nesse contexto são analisadas algumas propostas de resolução da crise que pretendiam mais Europa e uma Europa mais supranacional.

**AS ELITES POLÍTICAS: PERFIS DE RECRUTAMENTO**

MODERADOR: António Costa Pinto – ICS-UL / DISCUSSANT: Tiago Fernandes - FCSH-UNL

**Título de comunicação:** *Lateral entries or insider: o recrutamento ministerial nos executivos da democracia italiana*

**Autor:** GOFFREDO ADINOLFI (goffredoadinolfi@hotmail.com)  
**Instituição:** CIES-IUL

**RESUMO**

O recrutamento ministerial italiano caracteriza-se desde sempre por um baixo nível de entradas laterais. Dito de outras palavras o acesso ao Governo é substancialmente limitado aos políticos profissionais. Todavia, dentro dessas tendências, que permanecem o paradigma principal de acesso aos cargos executivos, é preciso evidenciar como ao longo da sua história este fenómeno subiu variações até profundas. O objectivo desta apresentação é evidenciar quais as variáveis que influenciam maioritariamente sobre o grau de permeabilidade no poder executivo de figuras externas ao campo político. Para este estudo será levado em conta o período bastante longo que medeia entre o fim da segunda guerra mundial até o ultimo governo liderado por Silvio Berlusconi.

**AS ELITES POLÍTICAS: PERFIS DE RECRUTAMENTO**

MODERADOR: António Costa Pinto – ICS-UL / DISCUSSANT: Tiago Fernandes - FCSH-UNL

**Título de comunicação:** *O recrutamento ministerial em Cabo Verde durante o regime multipartidário (1991-2011)*

**Autor:** ÂNGELA BENOLIEL COUTINHO (coutinhoangela@hotmail.com)

**Instituição:** FCSH-UNL

**RESUMO**

Na república de Cabo Verde, tendo a independência política sido obtida em 1975, foi no ano de 1991, com a realização de eleições presidenciais, legislativas e autárquicas, que se concretizou a transição do regime de partido único para o multipartidário. Esta mudança de regime acarretou algumas alterações nos critérios de recrutamento ministerial, sendo que se verifica, entre outras mudanças, um aumento do número de “independentes” nos elencos governamentais. É objectivo desta comunicação analisar o significado deste fenómeno na sociedade cabo-verdiana, desde 1991 até à actualidade.

**AS ELITES POLÍTICAS: PERFIS DE RECRUTAMENTO**

MODERADOR: António Costa Pinto – ICS-UL / DISCUSSANT: Tiago Fernandes - FCSH-UNL

**Título de comunicação:** *Minister turnover, critical events, and the electoral calendar in presidential democracies*

**Autor:** **ANÍBAL PÉREZ-LIÑÁN – Univ. Pittsburgh** (asp27@pitt.edu)  
**MARCELO CAMERLO – ICS-UL** (mcamerlo@ics.ul.pt)

**RESUMO**

This article examines why and when presidents remove members of the cabinet in response to critical events. We propose a formal model that underscores the complex interplay of political shocks, the electoral calendar, and constitutional term limits to explain cabinet turnover in presidential regimes. Our theory suggests that protests against an activist minister and corruption scandals represent critical events with different political dynamics. While presidents may choose to protect an activist minister in order to deliver successful policy outcomes, there is little to be gained in the long run from recurrent scandals. At the same time, presidents discount long-term electoral payoffs when elections are close and when they are starting a lame-duck period. We test those predictions using survival analysis with an original dataset for 12 Latin American democracies between 1979 and 2007.

**CULTURA POLÍTICA E PRÁTICAS DE CULTURA**

MODERADOR: Cristina Montalvão Sarmiento – ISCSP-UTL/OP

**Título de comunicação:** *Cultura política e estabilidade institucional***Autor:** MARIA JOÃO CABRITA (majcabrita@gmail.com)**Instituição:** CEHUM/OP**RESUMO**

Ao longo da minha comunicação pretendo mostrar a relação estreita entre a cultura política e a estabilidade institucional de uma sociedade democrática. Sob este intuito, e na esteira do liberalismo político rawlsiano, sustento que a estabilidade de uma sociedade democrática decorre do modo como os seus cidadãos aceitam, respeitam e incrementam nas gerações futuras os princípios de justiça política que regem a sua estrutura básica – princípios que garantem o justo valor das liberdades políticas e civis, a igualdade equitativa de oportunidade e a redistribuição do rendimento e da riqueza em prol dos mais desfavorecidos – e que exigem o respeito por uma pluralidade de concepções de “vida boa”; mas, contra a noção de sociedade fechada inerente àquela concepção política, procurarei mostrar que a manutenção da estabilidade social depende tanto, ou senão mais, de factores internacionais quanto de factores domésticos. Neste sentido, argumento que num mundo de fluxos e da crescente consciencialização das múltiplas formas de filiação – local, nacional e global – a manutenção da estabilidade institucional de qualquer democracia constitucional depende essencialmente da sua capacidade para se reinventar na estrita malha do todo, da própria solidez da estrutura básica global.



**CULTURA POLÍTICA E PRÁTICAS DE CULTURA**

MODERADOR: Cristina Montalvão Sarmento – ISCSP-UTL/OP

**Título de comunicação:** *Quem domina a cultura? Leituras políticas em Portugal*

**Autor:** CARLOS VARGAS (vargascarlos@live.com.pt)  
PATRÍCIA OLIVEIRA (patricia.oliveira.pt@gmail.com)

**Instituição:** FCSH-UNL/OP

**RESUMO**

A mudança abrupta de referenciais de democratização cultural e de modernização para um onnipresente referencial de mercado – em que grande parte dos projectos e seus valores adjacentes só são válidos em função de uma comprovada sustentabilidade – estabelece o momento de crise, obrigando a repensar na totalidade a intervenção e organização no campo cultural. Passadas três décadas desde o 25 de Abril de 1974, Portugal enfrenta uma violenta crise económica e financeira que parece testar os mecanismos do regime democrático, entretanto consolidado. Neste contexto, o papel dos partidos políticos revela-se fundamental e naturalmente dependente da sua própria estabilidade e posição face ao modo como deve ser entendida, suportada e governada a cultura. A discussão pública sobre práticas culturais e sobre o domínio formal do Estado sobre o sector tem sido, ela própria, dominada por uma elite que discute os fenómenos como possibilidade de mobilidade social e, ao mesmo tempo, como meio para a convocação de um ideário que pode oscilar entre o apelo a utopias redentoras ou a pragmatismos conservadores. Assim, a cultura é uma variável sensível, configurando-se como última fronteira para o lugar de novas experiências e criações. No limite, a cultura ocupa o plano evidente de relações de poder, envolvendo a actividade de negociação permanente da democracia.

**CULTURA POLÍTICA E PRÁTICAS DE CULTURA**

MODERADOR: Cristina Montalvão Sarmento – ISCSP-UTL/OP

**Título de comunicação:** *O discurso do quotidiano como prática de cultura: uma leitura de crónicas no fio do horizonte de Eduardo Prado Coelho***Autor:** MARGARIDA LAGES (margarida.lages@gmail.com)**Instituição:** FCSH-UNL/OP**RESUMO**

A identificação de crónicas do quotidiano como uma prática de cultura, inicia-se pela leitura do título em que horizonte, na sua acepção husserliana, previne o leitor de que aquilo que vê, embora não existindo na realidade, parece multiplicar-se constantemente. Ele pode ser desdobrado em dois planos que se sobrepõem, o horizonte do texto - daquele que o escreveu - e o de quem interpreta, lê. A questão do compreender liga-se com a do conhecer, fazendo que a realidade seja vista de forma radicalmente diferente. E o autor previne o leitor de que, mesmo num devir contínuo, o seu fio, poderá ser entendido como guia, tornando-se interminável e percepcionando-se como algo de transcendente. O sentido husserliano do título volta a revelar-se, desenhando-se numa espécie de linha contínua indiciada pela palavra “fio” e um limite aparente, pela pertença a esse “horizonte” imaginário, cujas possibilidades de leitura, inesgotáveis, serão determinadas pela natureza do objecto e do assunto. Eduardo Prado Coelho privilegiou o texto literário e o jornalístico, como forma de expressar o seu pensamento, assumindo um compromisso com o mundo e a comunidade. O gesto do quotidiano é a metáfora de um discurso de poder, a partir do qual desenha a sua intervenção política e cultural.

**ESTRATÉGIA: DESAFIOS GLOBAIS**

MODERADOR: Raquel Vaz-Pinto – IEP-UCP

**Título de comunicação: *Complexos de segurança na Europa e na Ásia – uma análise comparativa*****Autor: LUÍS TOMÉ (luistome@universidade-autonoma.pt)****Instituição: UAL****RESUMO**

Desligadas dos constrangimentos inerentes ao sistema de segurança competitivo que caracterizou a Guerra Fria, também a Europa e a Ásia entraram numa nova era em que os actores regionais ganharam maior “margem de manobra” para determinarem os seus destinos e os complexos de segurança regionais se tornaram mais autónomos. Por outro lado, embora tanto na Europa como na Ásia subsistam “estigmas” da Guerra Fria e dilemas de segurança tradicionais, ambas as agendas de segurança regionais se alargaram dando relevo a dimensões não convencionais, desenvolvendo-se igualmente nas duas regiões novos quadros cooperativos. A verdade é que as respectivas prioridades e preocupações de segurança diferem e os complexos de segurança existentes na Europa e na Ásia permanecem muito distintos. O objectivo desta comunicação é, pois, analisar e caracterizar os complexos de segurança na Europa e na Ásia, numa perspectiva comparativa, tentando compreender e explicar as razões para as respectivas diferenças.

**ESTRATÉGIA: DESAFIOS GLOBAIS**

MODERADOR: Raquel Vaz-Pinto – IEP-UCP

**Título de comunicação:** *Political and strategic considerations on planetary threats*

**Autor:** MANUEL POÊJO TORRES (manueljoaotorres@gmail.com)

**Instituição:** Univ. of Reading

**RESUMO**

Near-Earth Objects, due to their size and speed, are considered to be the highest and most categorical planetary threat to every life form on Earth, thus being the figurative centre of gravity of this paper. In such an eventuality, survival would probably demand more than national economical, political and military reforms; ultimately, it would demand not only an adjustment of the competitive nature of states, but of its people's human nature. This paper will analyze the possible behaviours of the international system as well as its conceptual problems. Also theorizing on the forging of a planetary task force responsible for planning the construction of an international defensive system operated by a cluster of members, under a 'Planetary Social Contract'. Focusing on the strategic implications, the paper tends to tackle the problems that may emerge from the timing of the development of any deflective capability

**ESTRATÉGIA: DESAFIOS GLOBAIS**

MODERADOR: Raquel Vaz-Pinto – IEP-UCP

**Título de comunicação:** *A Alemanha e a Rússia no quadro securitário euroatlântico*

**Autor:** PATRÍCIA DAEHNHARDT (patricia.daehnhardt@ipri.pt)

**Instituição:** Univ. Lusíada

**RESUMO**

A comunicação incidirá sobre as diferentes vertentes da dimensão securitária da relação bilateral entre a Alemanha e a Rússia. A análise parte de duas perspectivas: uma primeira de convergência quanto à procura da redefinição da identidade internacional no pós-Guerra Fria, onde ambos os Estados se afirmam enquanto potências europeias, e uma segunda de divergência quanto à inserção em contextos institucionais diferenciados, com a Alemanha ancorada no bi-institucionalismo UE e NATO, e a Rússia desafiada pela reduzida inserção num contexto institucionalizado específico. No cenário de crise financeira europeia, de convulsões sócio-políticas no Médio Oriente e de novos desafios energéticos e enquadramentos geopolíticos, a comunicação analisará as políticas bilaterais no domínio da cooperação política de segurança e da segurança energética, duas dimensões que sugerem uma relação sui generis entre Berlim e Moscovo, com implicações para a União Europeia e a Aliança Atlântica.

**ESTRATÉGIA: DESAFIOS GLOBAIS**

MODERADOR: Raquel Vaz-Pinto – IEP-UCP

**Título da Comunicação:** *A possível sedução africana pelo modelo chinês: a análise de Moçambique e Angola***Autor:** ELISABETE AZEVEDO-HARMAN  
RAQUEL VAZ-PINTO (rvazpinto@iep.lisboa.ucp.pt)  
**Instituição:** IEP-UCP**RESUMO**

Beijing insiste que o seu crescimento será pacífico e que não pretende impor um modelo ao resto do mundo. Não obstante, alguns países começam a considerar apelativo o modelo de governo chinês: crescimento económico e um sistema político de partido único. A nossa hipótese de investigação procurará determinar o seguinte: tomando em consideração o peso do investimento económico chinês tanto em Moçambique como em Angola, é expectável que as elites políticas destes países sejam seduzidas pelo modelo político autoritário da China? Procurar-se-á determinar em que medida é que o Consenso de Beijing pode estar a contagiar o domínio do político e a tornar-se um modelo de governo alternativo em países sob o domínio de partidos únicos: MPLA e FRELIMO. De facto, a sondagem da Freedom House relativa ao ano passado classificou Moçambique como parcialmente livre – com uma classificação média de 3,5 – e Angola como não-livre – classificação média de 5,5 (Freedom House, 2011). Acreditamos que este é um domínio que não foi ainda objecto de estudo, uma vez que as análises geralmente se concentram no impacto económico ou nas consequências políticas do Consenso de Beijing, mas não na possibilidade de as elites africanas conceberem o modelo de Beijing como um caminho apelativo e alternativo.

**POLÍTICA EXTERNA DOS E.U.A**

MODERADOR: Heitor Romana – ISCSP-UTL

**Título de comunicação: *Dois anos de Barack H. Obama na casa branca: um balanço feito a partir dos movimentos conservadores e contestatórios dos Estados Unidos***

**Autor:                      ARIEL FINGERUT – Univ. Estadual de Campinas (arielfing@gmail.com)  
                                         MARCO AURÉLIO SOUZA – Univ. Estadual Paulista (dias.harper@gmail.com)**

**RESUMO**

Neste artigo buscaremos analisar e discutir como foi – da sua eleição em 2008 até sua derrota nas eleições legislativas em novembro de 2010 – a mobilização dos conservadores nos EUA diante de Obama. Propomos pensar esta mobilização e o impacto político destes grupos e movimentos anti-Obama a partir de três recortes metodológicos e analíticos: a guerra cultural, as bandeiras históricas da Nova Direita Americana e pelo recrudescimento da extrema direita. Argumentamos que assim como o poder político nos EUA esta em transição, os movimentos conservadores estão se re-agrupando e re-definindo suas prioridades e estratégia de mobilização e de luta política. Neste artigo propomos estudar o governo Obama como um estudo de caso para discutirmos a nova configuração do conservadorismo americano.

**POLÍTICA EXTERNA DOS E.U.A**

MODERADOR: Heitor Romana – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *A promoção da democracia como princípio angular da administração G.W.Bush*

**Autor:** JOANA ALMEIDA MARINHO (jo82marinho@gmail.com)

**Instituição:** IEP-UCP

**RESUMO**

O objectivo desta comunicação é questionar as razões que levaram a Administração G.W. Bush a colocar a promoção da democracia no Grande Médio Oriente como o princípio angular da política externa norte-americana. Trata-se de saber quais as razões para a Administração alterar uma agenda inicial que privilegiava o status quo na política externa para a defesa do intervencionismo norte-americano, pressupondo a exportação dos valores da democracia, liberdade e mercado livre. Pretende-se, igualmente, entender o ímpeto revisionista ou, para alguns autores, revolucionário, em contraste com os planos pouco ambiciosos e pragmáticos apresentados durante a campanha eleitoral e nos primeiros 8 meses de 2001. Procura-se averiguar a influência do neoconservadorismo, dos atentados de 11 de Setembro de 2001, bem como do excepcionalismo americano, na definição da nova política externa.



**ESTRATÉGIA E NÍVEIS DE ANÁLISE**

MODERADOR: José Teixeira Fernandes - ISCTE

**Título de comunicação: *A ciberguerra como nova dimensão dos conflitos do século XXI*****Autor: JOSÉ TEIXEIRA FERNANDES (jfernandes@iscet.pt)****Instituição: ISCTE****RESUMO**

Na comunicação

discutida a tendência para transformar o ciberespaço num novo terreno de batalha dos conflitos internacionais, paralelamente aos tradicionalmente existentes (terra, mar e ar). A comunicação iniciar-se-à com uma discussão em torno do conceito de ciberguerra, evidenciando as dificuldades de estabelecer uma conceptualização rigorosa face ao Direito dos Conflitos Armados/Direito Internacional Humanitário. Em seguida, serão passadas em revista, ainda que de forma sintética, algumas das principais capacidades e vulnerabilidades dos grandes actores estaduais mundiais. A complexidade do papel dos actores não estaduais nos ciberconflitos será também objecto de uma análise e reflexão, nomeadamente devido à dificuldade de atribuição de autoria dos ciberataques. Por último, a comunicação terminará com uma referência ao problema da avaliação do impacto económico (e político-estratégico) dos ciberataques.

**ESTRATÉGIA E NÍVEIS DE ANÁLISE**

MODERADOR: José Teixeira Fernandes - ISCTE

**Título de comunicação:** *A influência da geopolítica na Alemanha no período antes, durante e após as grandes guerras mundiais (1890-1945)*

**Autor:** **MARISA FERNANDES** (marisaasfernandes@gmail.com)

**Instituição:** ISCSP-UTL

**RESUMO**

A comunicação tem como principal objectivo demonstrar em que medida é que a Geopolítica poderá ou não ter influenciado o papel desempenhado pela Alemanha na I Guerra Mundial (1914-1918) e na II Guerra Mundial (1939-1945).

Tendo como objecto de estudo uma análise da geopolítica alemã no período entre guerras, reflectindo sobre as relações existentes entre o espaço da Geografia Política de Friedrich Ratzel (1844-1904) e o poder da Alemanha de Guilherme II e, entre o espaço da Geopolítica de Karl Haushofer (1869-1946) e o poder da Alemanha de Adolf Hitler.

A influência da Geopolítica no papel desempenhado pela Alemanha na I e na II Guerras Mundiais reduz-se ao facto de ser aos governos que, em última análise, cabe a decisão e acção política no que respeita às relações entre o poder o espaço.

**ESTRATÉGIA E NÍVEIS DE ANÁLISE**

MODERADOR: José Teixeira Fernandes - ISCTE

**Título de comunicação: *A Ásia Central entre dois Grandes Jogos: Comparando Presente e Passado*****Autor: PAULO AFONSO DUARTE (duartebrardo@gmail.com)****Instituição: ISCSP-UTL****RESUMO**

Este artigo analisa os conceitos de *Grande Jogo* e de *Novo Grande Jogo* que, apesar de separados temporalmente, captam a nossa atenção para uma região de extrema importância no sistema internacional contemporâneo: a Ásia Central. O artigo encontra-se estruturado em três partes.

Num primeiro momento, fará alusão às origens do *Grande Jogo*, que outrora opôs o império russo ao britânico na disputa pelo controlo da Ásia Central. Num segundo momento, abordará a noção de *Novo Grande Jogo*. Apesar deste ser multidimensional, serão focados, essencialmente, os aspectos económicos e políticos, por serem os mais importantes no âmbito do *Novo Grande Jogo*. Que atributos especiais possui a região para que chineses, americanos e russos aí se envolvam de forma tão activa? Como é que um lugar aparentemente tão inóspito pode suscitar tanta competição? Estas e outras questões serão abordadas na segunda parte, na qual será analisada a temática da segurança energética (com especial destaque para o caso da China), intrinsecamente ligada à diversificação das fontes de energia.

Finalmente, depois de descritas as características do *Grande Jogo* original e do *Novo Grande Jogo*, serão exploradas as suas principais diferenças e semelhanças. Analisando os objectivos, actores, locais e métodos utilizados, por um e outro jogo, é defendida a tese de que mais forte que os laços que os unem, parece, ao contrário, ser aquilo que os 'separa'. Neste contexto, o presente artigo procura demonstrar que o conceito de *Novo Grande Jogo*, pode revelar-se desajustado à essência da realidade que pretende transmitir, já que, entre outras razões, se refere a eventos radicalmente diferentes dos que ocorreram no *Grande Jogo* original.

**ESTRATÉGIA E NÍVEIS DE ANÁLISE**

MODERADOR: José Teixeira Fernandes - ISCTE

**Título de comunicação: *Entre a guerra fria e as guerras coloniais: a política da RFA em relação à ditadura portuguesa, 1968-1974*****Autor: RUI LOPES (rmpvl@yahoo.com)****Instituição: LSE****RESUMO**

Embora a República Federal da Alemanha tenha sido um dos mais importantes parceiros económicos e militares de Portugal no período final do *Estado Novo*, as relações entre Bona e Lisboa ao longo da era marcelista permanecem um tema largamente negligenciado pela historiografia de ambos os países. As raras obras portuguesas que abordam o assunto tendem a reproduzir uma leitura superficial sobre os governos liderados pelo social-democrata Willy Brandt, enfatizando o seu distanciamento face ao regime português. No entanto, a orientação destes governos, embora marcada por uma certa ambiguidade e por pressões contraditórias, permaneceu geralmente benevolente em relação à ditadura portuguesa. Esta apresentação explicará essa opção da Alemanha Ocidental, com especial destaque para o papel decisivo da política de abertura alemã ao leste europeu (*neue Ostpolitik*).

**POLÍTICAS EUROPEIAS**

MODERADOR: Nuno Severiano Teixeira – FCSH-UNL

**Título de comunicação: *Competition policy and environmental protection in the European Union***

**Autor:** ANNETTE BONGARDT – Univ. Fernando Pessoa (bongardt@ufp.edu.pt)  
JOÃO GATA – GEE: Autoridade da Concorrência (jgata@concorrenca.pt)

**RESUMO**

The paper focuses on the possible trade-offs between competition policy and environmental protection. We first look at the potential sources of conflict between competition policy and environmental protection in the European Union (EU). Then we examine, in more detail, the properties of market based instruments for environmental protection, in particular the workings of the EU Emissions Trading Scheme (ETS), the principal EU instrument to implement its Kyoto Protocol commitments, which aims at creating a well functioning market for pollution permits. Competition policy ought to promote the well functioning of the secondary markets for emissions permits.

**POLÍTICAS EUROPEIAS**

MODERADOR: Nuno Severiano Teixeira – FCSH-UNL

**Título de comunicação: *Public broadcasting service in the United Kingdom: policy change analysis and Europeanization (1979-2010)*****Autor: ESTEBAN REYES****Instituição: Universidade de Alcalá****RESUMO**

Considering the weight of history –i.e. policy continuity and stability- this article analyses change of public service broadcasting (PSB) policies in European political systems. This analysis focuses on PSB television policies implemented by the British public institution British Broadcasting Corporation (BBC). The United Kingdom’s case is relevant because the BBC is a global paradigm of PSB independence and self-regulation and it has been traditionally a model and engine for PSB television policy change in both European Union Member States and the global sphere. An original combination of theories and concepts for change analysis within the predecision stage of the policy-making process –problem definition and agenda-setting processes–, along with the necessary introduction of the europeanization of public policy approach as a methodological challenge to the study of change, let us complete British political system dynamics from 1979 to 2011. This research period has been selected because the BBC public service broadcasting has experienced the deepest changes in history, including those where the European integration process could have had an impact.

**POLÍTICAS EUROPEIAS**

MODERADOR: Nuno Severiano Teixeira – FCSH-UNL

**Título de comunicação:** *Bases de dados genéticos com fins forenses: análise comparativa de legislação europeia*

**Autor:** HELENA MACHADO (hmachado@ics.uminho.pt)

FILIPPE SANTOS (filipecardososantos@gmail.com)

**Instituição:** Univ. Minho

**RESUMO**

A transposição para o enquadramento legal da União Europeia (UE) das disposições do Tratado de Prüm implica a partilha de informação existente nas bases de dados genéticos para fins forenses em todos os países da UE. Porém, o desenvolvimento e enquadramento legal deste tipo de bases de dados nas diferentes jurisdições europeias terá sido efetuado em função das respetivas circunstâncias e objetivos locais. Uma análise da legislação permitiu caraterizar uma tipologia composta por duas tendências principais em função dos critérios de inserção e remoção de perfis de DNA nas bases de dados. Serão discutidas as implicações da diversidade legislativa e os potenciais dilemas éticos, sociais e políticos associados à recolha, armazenamento e partilha de informação genética entre os Estados-membro da UE e com países terceiros, nomeadamente com os Estados Unidos da América.

**POLÍTICAS EUROPEIAS**

MODERADOR: Nuno Severiano Teixeira – FCSH-UNL

**Título de comunicação: *Securização da política de imigração europeia: instrumento da luta Anti-terrorista?*****Autor: SUSANA DE SOUSA FERREIRA (srsferreira@gmail.com)****Instituição: IPRI-UNL****RESUMO**

A crescente importância das migrações internacionais na cena internacional traduziu-se no desenvolvimento de uma política europeia de imigração comum. Esta política tem vindo a ser construída numa base compreensiva, que tem como principais vertentes a imigração legal e ilegal, as relações com países terceiros e a integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento. Os ataques terroristas de Nova Iorque em 2001 e, mais tarde, em Madrid e Londres, ao surgirem como ameaça transnacional, são muitas vezes associados às migrações e, de modo especial, à imigração. Neste contexto, a UE procura criar uma área de liberdade, segurança e justiça, à qual são centrais a luta anti-terrorista e a política de imigração comum.

A partir do estudo da relação imigração-segurança, das novas percepções de segurança e do próprio conceito de securitização, procuraremos (i) analisar o desenvolvimento da política de imigração europeia e (ii) perceber se houve uma securitização da mesma, assim como se (iii) esta é instrumento da segurança europeia.



**DEMOCRACIA(S) E ELEIÇÕES**

**Título de comunicação:** *Eleições presidenciais portuguesas de 2011: análise da estratégia de de comunicação política dos candidatos no meio digital*

**Autor:** MAFALDA LOBO (mafalobopereira@iscsp.utl.pt)

**Instituição:** ISCSP-UTL

**RESUMO**

No início dos anos 90 do século XX, as novas tecnologias abriram a internet à comunicação política e trouxeram a discussão sobre o impacto deste *medium* na democratização do sistema político e na eficácia nas campanhas eleitorais. Mais recentemente (a partir de 2003) as redes sociais, MySpace, Facebook, Twitter, Flickr ou o Second Life etc., abriram novos canais para a comunicação directa entre os políticos e os cidadãos, colocando em curso uma mudança de paradigma assente num modelo político de carácter individualizado e personalizado que a internet permite.

No campo político, estas redes sociais têm vindo a tornar-se uma ferramenta cada vez mais importante na promoção do debate político, da participação política e cidadania (novos instrumentos no afirmar da democracia participativa) ao modificar tendencialmente a natureza e as formas da comunicação política nas sociedades democráticas.

Na campanha eleitoral para as eleições presidenciais portuguesas de 2011, todos os candidatos utilizaram a internet e as redes sociais como ferramentas imprescindíveis na estratégia de comunicação política. Porém, a forma como os candidatos fizeram uso destas ferramentas foi substancialmente diferente. É fundamental a discussão sobre a forma como estas plataformas estão a ser utilizadas hoje na comunicação entre políticos e cidadãos.

**ANÁLISE EMPÍRICA DAS IDEOLOGIAS**

MODERADOR: Ángel Rivero – Univ. Autónoma de Madrid

**Título de comunicação:** *Agenda-setting e framing dos media partidários como dispositivo de conhecimento das ideologias***Autor:** PEDRO DINIZ DE SOUSA (pedro.sousa@fcs.unl.pt)**Instituição:** FCSH-UNL**RESUMO**

A recente abordagem empírica das ideologias partidárias tem procurado a elaboração de inquéritos ou grelhas analíticas baseados em questões consideradas ideologicamente fracturantes: materialismo de esquerda/direita, eixo autoritário-libertário, valores materialistas/pós-materialistas, etc. (Knutsen 1997, Inglehart 1997, Freire 2006, 2008, entre outros). Aplicados a representantes e eleitores dos partidos, ou aos seus programas (*manifesto research*), estes estudos visam apurar o posicionamento na escala esquerda-direita e o seu significado, através de técnicas de análise quantitativa.

Defendemos que a análise das ideologias partidárias podia ser aprofundada através de uma metodologia baseada na combinação, até agora pouco explorada, entre *corpora* constituídos por media partidários, principalmente jornais e sítios web oficiais, e as técnicas de análise transdisciplinares de *agenda-setting* e *framing*. Efectivamente, estes media gozam de uma liberdade editorial e uma abertura ao quotidiano parcialmente vedadas aos programas partidários, o que possibilita a estas técnicas de análise a exploração de visões do mundo sem os constrangimentos de conceptualizações apriorísticas.

**ANÁLISE EMPÍRICA DAS IDEOLOGIAS**

MODERADOR: Ángel Rivero – Univ. Autónoma de Madrid

**Título de comunicação:** *PSOE and the postmodern socialism*

**Autor:** JORGE DEL PALACIO MARTÍN (jpalacio@fundacionfaes.org)

**Instituição:** FAES

**RESUMO**

The PSOE had its particular “Bad Godesberg” in 1979 when the party led by Felipe Gonzalez started a process of de-ideologization by abandoning marxism and radicalism to build up broad coalitions of electoral support. In this paper I would like to analyze how José Luis Rodríguez Zapatero’s political strategy has changed the political identity of the PSOE inherited from Gonzalez. Thus in my presentation (1) I will explain how Zapatero’s strategy has been based on a re-ideologization of the Spanish Socialist Workers Party to welcome the left-wing electorate with a new postmodern socialism and (2) I will explain how this postmodern socialism is not associated with a form of class politics but with a form of cultural politics.

**ANÁLISE EMPÍRICA DAS IDEOLOGIAS**

MODERADOR: Ángel Rivero – Univ. Autónoma de Madrid

**Título de comunicação:** *Definir os conservadorismos: fundamentos políticos das famílias conservadoras***Autor:** JORGE AZEVEDO CORREIA (jorgeazevedocorreia@gmail.com)**Instituição:** Instituto Diplomático do MNE**RESUMO**

O termo “conservador” tem substituído no léxico corrente a habitual referência à “direita” como lugar-comum de uma forma específica de pensar a política. Esta alteração não é desprovida de implicações e comporta uma compreensão da dinâmica política. Torna-se fundamental compreender a diferença entre as dicotomias “direita e esquerda” e “conservadorismo e progressismo” para aferir a validade e as finalidades do emprego de cada um dos conceitos. Mais importante, torna-se necessário reordenar, através de referências clássicas e contemporâneas, o pensamento conservador, mediante as tradições de pensamento e os tipos de fundamentação que perfilham. Tornar-se-á possível, desta forma, e com recurso ao legado de autores como Burke, Macauley ou Tocqueville (que geraram as teorias e persuasões conservadoras de Kirk, Oakeshott ou Kristol) a compreensão dos vários sinónimos do termo, mediante a forma como cada um destes fundadores de “escolas conservadoras” (conservadorismo tradicional ou paleoconservadorismo, conservadorismo-liberal e neoconservadorismo, respectivamente) se relaciona com o conceito de Tradição.

**IDEOLOGIAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS:  
CONTINUIDADES OU DESCONTINUIDADES FACE ÀS IDEOLOGIAS CLÁSSICAS?**

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

**Título de comunicação:** *Esquerda radical: derrotas políticas, vitórias intelectuais?*

**Autor:** MIGUEL CARDINA (miguelcardina@ces.uc.pt)

**Instituição:** CES-UC

**RESUMO**

Sob a designação “esquerda radical” agrupa-se um vasto e por vezes conflituante campo de práticas políticas e posicionamentos teóricos. Independentemente dos equívocos que uma tão vasta e multiforme expressão comporta, busca-se nesta comunicação identificar os seus principais traços na contemporaneidade e o modo como eles assinalam evoluções ou rupturas com o território socialista e comunista surgido na curva do século XIX para o século XX e, mais detalhadamente, com o universo político e intelectual de matriz radical activado durante as décadas de 1960 e 1970. Um desenho de tão largo espectro obriga esta comunicação a centrar-se em alguns aspectos mais marcantes desse percurso. Dar-se-á destaque às novas formulações do pensamento crítico contemporâneo que, oscilando entre democracia radical e revolução, postulam novos eixos emancipatórios que renovam a crítica ao capitalismo e refazem o desígnio socialista.

**IDEOLOGIAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS:****CONTINUIDADES OU DESCONTINUIDADES FACE ÀS IDEOLOGIAS CLÁSSICAS?**

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

**Título de comunicação:** *Social-democracia: o que mudou na social-democracia com a terceira via?***Autor:** ANA RITA FERREIRA (arita\_ferreira@yahoo.com)**Instituição:** IEP-UCP**RESUMO**

É comum ouvirmos dizer que a ideologia social-democrata sofreu uma profunda refundação desde os anos 90 do século XX, quando encetou um processo revisionista que passou, em grande medida, pela adopção de postulados da Terceira Via, uma corrente política que afirmava situar-se entre a social-democracia tradicional e o neo-liberalismo. Mas será que a Terceira Via implicou, efectivamente, uma verdadeira alteração dos fins da social-democracia tradicional, ou apenas veio propor a adopção de novos meios para atingir os antigos objectivos sociais-democratas? É sobretudo a esta pergunta que tentaremos responder na nossa intervenção. O fim último da social-democracia vinha sendo, desde a sua génese em finais do séc. XIX, uma sociedade liberal mais igualitária – o que seria conseguido através da consagração de direitos sociais, garantidos pela prestação de uma série de serviços por parte do Estado Social, financiado pelos impostos dos cidadãos, num processo de redistribuição de riqueza. Exploraremos este conceito de igualdade da social-democracia tradicional para, em seguida, percebermos se o conceito proposto pela Terceira Via difere dele substancialmente e, finalmente, percebermos se a ideologia social-democrata actual regista ou não a adopção do ideal da Terceira Via – e se sofreu ou não uma transformação relativamente à sua base original.

**IDEOLOGIAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS:**  
**CONTINUIDADES OU DESCONTINUIDADES FACE ÀS IDEOLOGIAS CLÁSSICAS?**

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

**Título de comunicação:** *Liberalismo: liberdade, regras e virtude*

**Autor:** ORLANDO SAMÕES (ofsamoes@gmail.com)

**Instituição:** IEP-UCP

**RESUMO**

O liberalismo traduz-se por uma inclinação favorável à liberdade. Enquanto ideal diferencia-se por ter uma enorme desconfiança em relação ao poder. Num contexto moderno significou a tentativa de não permitir que o Estado se intrometa na vida de cada indivíduo, através da lei. Contudo, estes direitos políticos acabariam por ter uma importante dimensão económica. Veremos que muitas das suas práticas foram descobertas nas cidades república do norte da Itália por monges católicos, mas o ideal viria a estar mais tarde associado ao protestantismo. Aqui, o esforço intelectual mais organizado pela liberdade no mercado viria da parte dos iluministas Escoceses. No século passado, a sua principal defesa estava na Escola Austríaca de Economia. Seguindo esta linha, veremos que os liberais não defendem o mercado pela geração de riqueza ou o fim do Estado. Muito embora o libertarismo por vezes o faça. Que pelo contrário: o liberalismo é, ele próprio, o resultado de uma ambiente geral onde a conveniência e o cumprimento de regras judiciais e morais é natural. A virtude é a sua fonte, no caso, o auto-controle, que no domínio económico significa parcimónia. Actualmente, os seus esforços vão no sentido de se reduzir o peso do estado nas economias.

**IDEOLOGIAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS:**  
**CONTINUIDADES OU DESCONTINUIDADES FACE ÀS IDEOLOGIAS CLÁSSICAS?**

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

**Título de comunicação:** *Conservadorismo: reacção e compromisso*

**Autor:** JOSÉ TOMAZ CASTELLO BRANCO (jtcb@iep.lisboa.ucp.pt)

**Instituição:** IEP-UCP

**RESUMO**

Compreender o conservadorismo como uma ideologia pode revelar-se uma tentativa impossível. As ideologias tendem a identificar-se com uma proposta de intervenção substantiva: um destino. O conservadorismo tende antes a ser identificado como uma posição de cepticismo, no que toca à apreensão do real, e de suspeição face à mudança, no que diz respeito à acção política. A compreensão do que é o conservadorismo não envolve propriamente a definição de uma posição de princípio, mas antes, uma disposição. (Oakeshott) A atenção é dada ao caminho, à forma como vamos andando; e, ao contexto, do qual dependem os julgamentos valorativos do conservador. Não poucas vezes os valores adoptados são meramente adjectivos, ou procedimentais, como a manutenção ordem pública, ou a preservação de um “modus vivendi” recebido. Historicamente, o conservadorismo começa a definir-se como corpo doutrinário por reacção às revoluções liberais. O pensamento de Edmund Burke é, aqui, referencial; tal como o são as suas diferentes posições face às revoluções americana e francesa.

Procurar-se-á aqui, por um lado, aflorar as raízes intelectuais do conservadorismo, bem como visitar algumas das suas propostas mais contemporâneas; e, pelo caminho, distingui-lo de posições que errada mas frequentemente lhe são associadas como o fascismo ou o neo-conservadorismo.



**NOVOS DILEMAS, NOVAS SOLUÇÕES?****A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE O PODER POLÍTICO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MODERADOR: Carlos Jalali – Univ. Aveiro

**Título de comunicação:** *Is Southern Europe the exception? Southern European party patronage in European perspective*

**Autor:** FABRIZIO DI MASCIO – Univ. Roma ‘La Sapienza’  
 CARLOS JALALI – Univ. Aveiro  
 TAKIS PAPPAS – EUI  
 TANIA VERGE – Univ. Pompeu Fabra

**RESUMO**

The four Southern European democracies of Greece, Italy, Portugal and Spain have been traditionally considered archetypal “lands of patronage” in the European context. Indeed, these four countries shared an extended and deep politicisation of administrative bodies as a key-structural feature, in contrast to much of the rest of West European systems. At the same time, the applicability of the original Mediterranean model in the contemporary period merits further scrutiny.

The paper thus has a twofold aim: First, to assess the commonalities and differences which are found in the four cases with respect to party patronage, defined as the power of political parties to appoint people to positions in public and semi-public life. Second, to assess to what extent the patterns in these Southern European countries differ from the broader European pattern. We posit that party system institutionalization in these four countries left genetic imprints on the nature of the party systems, generating path-dependencies that explain the present-day nature of patronage. Where party patronage played a greater role in party system structuring, the existence of a competitive, institutionalised party system actually serves to make patronage flourish, rather than fade.

**IDEOLOGIAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS:  
CONTINUIDADES OU DESCONTINUIDADES FACE ÀS IDEOLOGIAS CLÁSSICAS?**

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

**Título de comunicação:** *Democratização, europeização e a reforma do estado e da administração Pública em Portugal (1976-2012): um caso de resistência neo-patrimonialista*

**Autor:** JOSÉ MAGONE

**Instituição:** HWR Berlin

**RESUMO**

Portugal has been characterized by a late discontinuous democratization process. This paper discusses the case of state and public administration reform in Portugal by using approaches from democratization, modernization and Europeanization theories. In order to understand the Portuguese case, the concept of ‘neo-patrimonialism’ is used. We characterize Portuguese public administration as still having ‘neo-patrimonial’ features. The ‘new’ governance agenda combines new public management instruments and a growing flexibilization of public administration towards networks with non-statal actors. Although is still too early to assess, top-down and horizontal Europeanization processes, particularly since the late 1990s, may have contributed to a more reflexive approach in moving towards a more endogenous strategic vision based on the needs of the Portuguese state and public administration.

**IDEOLOGIAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS:  
CONTINUIDADES OU DESCONTINUIDADES FACE ÀS IDEOLOGIAS CLÁSSICAS?**

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

**Título de comunicação:** *Euroregionalism: politics and administration. An overview*

**Autor:** ENRIQUE PEREZ-NIETO

**Instituição:** Univ. Aveiro

**RESUMO**

The main aim of this contribution is to offer an overview of the silent phenomenon of Euroregionalism across European States as the maximum level of institutionalized cross-border cooperation. Conceptualization of Euroregions as functional economic entities which compete to each other bypassing traditional state-control policies on economic and territorial realms leads to research on the politics and administration of Euroregion's budget. Two main hypotheses are the following:

1.- Euroregions are mostly fund-driven through the excuse of socio-economic functionalism. Euroregions administer – e.g. EU Financial Programs for Border regions (i.e.: INTERREG). However, it is an unknown phenomenon for their involved populations and there is few updated or complete information available from institutional sources: European Union bodies and the Council of Europe.

2.- It seems to be a non-transparent interplay among lobbying-parties-elites-political agency. A key role of private actors implementing/executing government-led cross-border cooperation programs emerges. This brings the Private vs. Public sectors debate: mixed formulae closer to private than public domain.

**IDEOLOGIAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS:  
CONTINUIDADES OU DESCONTINUIDADES FACE ÀS IDEOLOGIAS CLÁSSICAS?**

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

**Título de comunicação:** *Mais nunca é demais: politização estrutural em Portugal*

**Autor:** PATRÍCIA SILVA

**Instituição:** Univ. Aveiro

### RESUMO

A crescente complexidade dos processos de governação (van Thiel & Yesilkagit, 2011), a fragmentação da autoridade (Hirst, 2000; Stoker, 1998) e o aumento da influência da administração pública nos processos decisórios (Montricher, 2003; Peters, 1981) colocam novas exigências de controlo aos partidos no governo. O poder de patronagem em termos de nomeações que os governos detêm constitui um importante instrumento disponível para o controlo dos processos de políticas públicas (Meyer-Sahling, 2006). Para além da nomeação da própria cúpula da administração pública, parece emergir uma tendência para a constituição de grupos de trabalho e estruturas de missão e para o alargamento dos gabinetes ministeriais, que permite contornar a administração pública e assegurar a coordenação (inter)sectorial de políticas públicas (Campbell & Halligan, 1992; Page & Wright, 1999; Peters, 1996). Assiste-se, desta forma, à emergência da patronagem estrutural (Peters & Pierre, 2004: 5) como uma estratégia de controlo do processo decisório.

Nesta comunicação procuramos compreender os padrões de politização estrutural em Portugal. Empiricamente, esta comunicação baseia-se na análise das nomeações dos membros de grupos de trabalho, estruturas temporárias e dos gabinetes ministeriais, recolhidas entre 1995 e 2009. A análise é complementada por entrevistas a cargos dirigentes e políticos. Este trabalho procura responder a três questões essenciais: até que ponto a patronagem estrutural é definida por um padrão de controlo partidário; até que ponto estas nomeações servem para controlar o processo decisório ou para recompensar lealdades partidárias; e quais os potenciais determinantes destas nomeações.

**A UNIÃO EUROPEIA E A CENA INTERNACIONAL**

MODERADOR: Isabel Costa Leite – Univ. Fernando Pessoa

**Título de comunicação:** *Entre o nacional e o global: a emergência da integração política europeia***Autor:** ISABEL COSTA LEITE (icleite@ufp.edu.pt)**Instituição:** Univ. Fernando Pessoa**RESUMO**

O processo de globalização, nas suas diferentes variantes, tem apontado para a fragilidade dos blocos regionais. Perante mecanismos de alcance global – a crise económica, a (des)regulação financeira, o terrorismo, a circulação dos factores de produção, a informação -, o poder político mostra-se incapaz de responder às pressões externas, o que tem impacto nos processos de integração. O presente trabalho pretende demonstrar que os Estados membros da UE, como agentes políticos do processo de integração, se encontram, tanto na sua dimensão nacional como comunitária, sem instrumentos de decisão/acção política, o que os fragiliza na sua dimensão externa. Sendo assim, o bloco regional europeu depara-se com um momento que pode ser decisivo da sua sobrevivência e afirmação internacional. Tal como noutros momentos da História europeia, a resposta à actual crise pode constituir a grande oportunidade para a redefinição da sua coesão interna e impulso para a necessária integração política.

**A UNIÃO EUROPEIA E A CENA INTERNACIONAL**

MODERADOR: Isabel Costa Leite – Univ. Fernando Pessoa

**Título de comunicação:** *Building member states: the European Union in Bosnia-Herzegovina***Autor:** MONICA OPROIU (oproiu\_monica@yahoo.com)**Instituição:** National School of Political Studies and Public Administration in Bucharest**RESUMO**

In a 2000 Report by the then High Representative for the Common Foreign Security Policy Javier Solana claimed that the European Union is uniquely placed for comprehensive action in the Western Balkans as it possesses the widest range of instruments to address issues from economic reform to democracy and security. In addition to this, the states in the region benefit from real prospects for EU membership and a clear commitment by the EU to support them during the lengthy process of European accession. But for the first time the EU is challenged by the fact that it has to perform state-building for its future members, as is the case with Bosnia-Herzegovina. From the conflict-torn ex-Yugoslav province of the nineties to the modern EU protectorate at present, Bosnia-Herzegovina has become the central stage on which the EU displays its instruments for conflict resolution in the neighbourhood. Drawing on a comprehensive approach, the EU employs military and civilian crisis management tools together with generous funding in order to develop BiH as a state and as a nation.

This paper looks at the EU action in Bosnia-Herzegovina and analyses the features of this modern protectorate, with a focus on security issues and conflict resolution mechanisms.

**A UNIÃO EUROPEIA E A CENA INTERNACIONAL**

MODERADOR: Isabel Costa Leite – Univ. Fernando Pessoa

**Título de comunicação:** *A estratégia da União Europeia para o Ártico***Autor:** SANDRA BALÃO (smbalao@netcabo.pt)**Instituição:** ISCSP-UTL**RESUMO**

“Encarando-se a região polar norte como um “novo” e potencial palco de conflito num mundo globalizado em que o discurso formal apela à construção efectiva de uma Nova Ordem Global multilateral no seio da qual a figura dos Estados soberanos clássicos surge formal e progressivamente espartilhada quer pela existência, quer pela acção supranacional efectiva das Organizações Internacionais, reveste-se de particular interesse procurar compreender, à luz de uma perspectiva teórica centrada no desenvolvimento de uma análise que se procura sobretudo realista se, à luz do Direito Internacional, o Ártico será ou não alvo de uma estratégia concertada tendo em vista a sua protecção (multilateralismo).

Tendo em consideração que a União Europeia produziu em 2008 um documento com a definição da sua política e da sua estratégia para o Ártico, e que os Estados fronteiriços daquela região polar têm reivindicações territoriais a fazer; que se tem assistido a um considerável reforço nos investimentos que têm em vista uma “corrida ao Ártico” por parte de outros Estados que não apenas os fronteiriços; que se tem assistido a diversas iniciativas centradas naquela região e resultantes da existência de múltiplas formas de Governança associadas a geografias de poder multinível, a análise desta problemática justifica-se amplamente”.

**A UNIÃO EUROPEIA E A CENA INTERNACIONAL**

MODERADOR: Isabel Costa Leite – Univ. Fernando Pessoa

**Título de comunicação: *O Kosovo e a União Europeia: que relação e que futuro?******(Im)possibilidades, trajectórias e desafios da integração do Kosovo na União Europeia*****Autor: VASCO VIANA BATISTA (vasco.batista15@gmail.com)****Instituição: FEUC-UC****RESUMO**

No discurso de independência do Kosovo, em 2008, a integração na União Europeia (UE) foi traçada como o *próximo passo*. Os dirigentes kosovares afirmam veementemente que o futuro do Kosovo é em direcção à UE. Atifete Jahjaga, presidente do Kosovo, acredita que o país tem demonstrado cooperação inter-regional e regional, desenvolvendo boas relações de vizinhança no quadro geopolítico dos Balcãs, e que o próximo desafio é demonstrar o caminho do Kosovo na UE. O trajecto europeu é também ambicionado pela Sérvia. Já a posição do Parlamento Europeu é marcada por um encorajamento ao reconhecimento do Kosovo por parte dos Estados-Membros que ainda não o fizeram. O apelo comunitário tem, porém, continuado sem resposta.

Quais são as possibilidades de integração do Kosovo na UE? De que forma é que o não reconhecimento por todos os Estados-Membros pode condicionar a integração e o desenvolvimento político-económico do Kosovo? Quais são os desafios que se afiguram à UE, sob pena de a sua divisão acarretar consequências graves para o futuro dos Balcãs?

A comunicação pretende examinar criticamente as dinâmicas de integração do Kosovo no quadro da UE, delineando os principais desafios políticos e oportunidades, num contexto de tensões persistentes entre Pristina e Belgrado.



**DEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA I**

MODERADOR: Conceição Pequito Teixeira – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Are European democracies experiencing a greater democratic deficit?  
The Portuguese case in a comparative and longitudinal perspective***Autor:** CONCEIÇÃO PEQUITO TEIXEIRA (cteixeira@iscsp.utl.pt)  
JÓNATAS PIRES**Instituição:** ISCSP-UTL**RESUMO**

Twenty years ago when Samuel Huntington (1991) argued that a third wave of democratization had swept the globe from 1974 to 1990 – referring to no more than 30 countries which had made the transition from authoritarianism to democracy – Portugal was included among them. Now, there is no dispute as to whether Portuguese democracy is consolidated or not. In our case, as in many others, what is at stake is not whether democracy exists, but its quality (Shin 2006; Diamond and Morlino 2004; O’ Donnell 2004; Morlino 2002; Diamond 2002). Democracy is also the political regime preferred by the majority of Portuguese citizens, a pattern of attitudes that is confirmed by the preemptory rejection of all other possible alternative political regimes. Nonetheless, Portuguese democracy, as other European democracies, faces today a paradox: democratic institutions are subject to great and continuous distrust by Portuguese citizens. Data from different sources show that, in spite of the support enjoyed by the democratic regime per se, a large majority of Portuguese people do not trust – in different degrees – in political parties, parliament, executive branches, courts of law, as well as health, educational, and other public services. Based on the conceptual redefinition, this paper examines the bases and sources of the contradictory conviviality among citizens’ democratic dissatisfaction and distrust in public institutions and their support to democracy in Portugal. Seeking to reconcile cultural, institutional and performance theories about the importance of trust for democratic regimes, this paper considers systematically, both the determinants and the consequences of trust for regime support in Portugal and for other European democracies.

**DEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA I**

MODERADOR: Conceição Pequito Teixeira – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Institutional factors of satisfaction with democracy: the case of post-communist Countries in East Europe and Eurasia***Autor:** EKATERINA GORBUNOVA (ekaterina.gorbunova@ics.ul.pt)**Instituição:** ICS-IUL**RESUMO**

According to various scholars, the level of public satisfaction with the democratic performance of the governments is one of the most important indicators of citizens' support of the regime, as well as a factor of democratic consolidation and stability.

Satisfaction with the performance of democracy in Europe fluctuates over time, gradually moving upwards during the last thirty-five years. But according to the empirical evidence, post-communist countries, in general, express far lower satisfaction with the quality of democracy than citizens in other parts of the world.

Satisfaction with democracy is normally explained with single individual socio-demographic variables. Recently, however, a growing literature on democratic systems started to consider a series of institutional settings as key factors of democratic transition and consolidation (incl. the type of regime, constitutional framework, type and rules of electoral system, as well as political parties' variables).

This paper aims to preliminary test a series of research hypotheses related to institutional factors of public satisfaction with regimes' performance in post-communist countries in East Europe and Eurasia. By focusing on these young democracies and democratizing countries, often excluded from the analysis, the paper adds value to the discussion on institutional factors of satisfaction with democracy. The paper also tries to make a certain methodological contribution by combining both individual- and aggregate country-level data.

**DEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA I**

MODERADOR: Conceição Pequito Teixeira – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *O sistema semipresidencial e a estabilidade democrática em Timor-Leste*

**Autor:** LYDIA BEUMAN (lbeuman@gmail.com)

**Instituição:** Dublin City University

**RESUMO**

No sistema semipresidencial, qual é o efeito duma situação na qual o Presidente apoia a política de um Governo apoiado por uma maioria parlamentar? Provocará uma perigosa acumulação do poder do Presidente ameaçando a estabilidade da jovem democracia? Esta comunicação apresenta os resultados de um estudo abrangente dos efeitos de um Governo de maioria parlamentar em Timor-Leste, uma jovem democracia num contexto pós-conflito. O estudo confirma que desde 2007 até agora a situação política provocou uma acumulação do poder do Presidente, mas que não chegou para destabilizar a jovem democracia.

**DEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA I**

MODERADOR: Conceição Pequito Teixeira – ISCSP-UTL

**Título de comunicação: *Legitimidade democrática e integração política europeia: problemas da democracia representativa em contexto de crise*****Autor: CLÁUDIA TORIZ RAMOS (ctorizramos@gmail.com)****Instituição: Univ. Fernando Pessoa****RESUMO**

O debate sobre a legitimidade democrática da construção europeia tem já uma longa história, suportada na evolução da integração económica e política das Comunidade/União Europeia tendo produzido múltiplos quadros teóricos interpretativos. No entanto, o impacto dos factos recentes da história da integração – crise financeira e económica internacional, crise, ou pelo menos impasse, institucional e político na União Europeia – obriga a repor a questão da legitimidade democrática da UE. Se os mais cépticos quanto à democracia europeia enunciaram frequentemente o argumento da legitimidade por *out put* como versão minimalista da legitimidade da governação europeia, como se sustenta esse argumento quando tal governação parece perder eficácia? Se, na mesma linha, o intergovernamentalismo foi sendo apresentado como uma solução prudente para o problema da legitimidade, garantindo-a de forma indirecta mas substancial por via das democracias representativas nacionais, como se enquadrará teoricamente a presente deriva para um paradoxal intergovernamentalismo assimétrico na UE? E como se evitará a erosão da relação dos cidadãos com os seus governos nacionais, que o actual contexto parece propiciar? Por outro lado, como se legitimará democraticamente um reforço da governação económica e política europeia – isto é, um real aprofundamento da integração política – no quadro formal dos tratados e das instituições actuais? São estas as questões centrais da comunicação.

**TEORIA DO ESTADO II**

MODERADOR: Mónica Dias – IEP-UCP

**Título de comunicação:** *Agonia do estado e estranhos êxitos: a erosão da política moderna e a formação de uma nova ordem “universalista”*

**Autor:** SILVÉRIO ROCHA CUNHA (scrc@uevora.pt)  
MARCO ANTÓNIO MARTINS (mabm@uevora.pt)

**Instituição:** Univ. Évora

**RESUMO**

Com a globalização verifica-se que a política moderna, cujo recorte o sistema internacional pretende manter, se encontra perante um dilema: à sociedade-mundo pós-vestefaliana humanitária e institucionalizada, opõe-se uma economia-mundo que permite a aparição de actores não institucionais e aptos para a emergência de conflitos. Assim, o paradigma moderno não é capaz, nem de assegurar a liberdade, nem a segurança que sempre pressupôs. À medida que os conflitos internacionais têm origem nas mais diversas causas e adquirem uma quase natureza de excepção permanente, os respectivos actores mostram-se incapazes de restabelecer os equilíbrios geopolíticos e o pensamento político parece incapaz de conceber uma nova “ordem mundial”.

**TEORIA DO ESTADO II**

MODERADOR: Mónica Dias – IEP-UCP

**Título de comunicação:** *Liderança para a paz***Autor:** MÓNICA DIAS (monipax@gmail.com)**Instituição:** IEP-UCP**RESUMO**

Através dos ensaios que Woodrow Wilson redigiu sobre “liderança”, anos antes de se tornar Presidente dos EUA e quando ainda era Professor da Universidade de Princeton, transparece uma verdadeira “teoria de liderança” que parece muito estimulante para o debate actual nos Estudos Políticos e nas RI. A minha comunicação tem por objectivo reflectir sobre a pertinência deste modelo de liderança na actualidade, um momento político em dilaceração e busca de novo(s) significado(s) em que as denúncias de “falta de liderança” e de “perda de referências / orientação” estão cada vez mais associadas à análise do turbulento início do século XXI. Para tal irei, em primeiro lugar, apresentar algumas das ideias mais relevantes que Wilson desenvolve sobre liderança, nomeadamente em ensaios como “Leaders of Men” (1889) onde se formaliza a sua “teoria da liderança”. Num segundo momento, analisarei em que medida o politólogo soube (ou não) aplicar estas ideias na prática, repercutindo a sua visão de liderança no modo como exerceu o seu próprio mandato enquanto Presidente numa época, como a nossa, em crise, conflito e re-orientação. Por fim, questionarei de que modo as propostas do politólogo e Presidente podem contribuir para a reflexão sobre resolução de conflitos ou o fomento e a estabilização da Democracia.

**TEORIA DO ESTADO II**

MODERADOR: Mónica Dias – IEP-UCP

**Título de comunicação:** *A violência performativa em Frantz Fanon***Autor:** JORGE MIGUEL VARELA (jorgeptmvarela@gmail.com)**Instituição:** FCSH-UNL**RESUMO**

Esta apresentação pretende discutir a contribuição de Frantz Fanon para a interpretação da violência política. A complexidade de Fanon encontra-se na forma como ele problematiza a própria possibilidade de acção política, pois se por um lado este enfatiza a dimensão positiva, activa da violência política, o aspecto mais importante do seu trabalho é a forma como ele critica a tendência para a acção política ser submetida à soberania. Este último aspecto não advém de uma mera posição anti-colonial, mas, sobre-tudo, da tendência perversora da própria acção política. Como tal a violência política torna-se uma etapa do devir do povo, mas mais do que um instrumento para a derrota do inimigo (neste caso o colonizador) a violência abre um espaço para o reconhecimento político. É esta a ambiguidade que Fanon nos apresenta, pois é na violência que o povo encontra o seu devir, é na violência que o povo reconhece que ainda não o é, e na violência o povo aprende a reconhecer o seu inimigo como mais do que seu inimigo.

**INSTRUMENTOS DE GOVERNAÇÃO E REFORMA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

MODERADOR: André Azevedo Alves – Univ. Aveiro

**Título de comunicação: *Avaliação ambiental estratégica – potencial instrumento para a Governação e políticas públicas*****Autor: MARIA DO ROSÁRIO PARTIDÁRIO****Instituição: IST-UTL****RESUMO**

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é frequentemente vista como um instrumento legal decorrente da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) de projectos, do qual se distingue por se aplicar a políticas, planos e programas. Esta noção remonta à origem da AAE nos finais dos anos 80, quando se concluiu que os projectos de desenvolvimento eram uma consequência de decisões de programação, de planeamento e de políticas públicas, que era urgente avaliar para melhor orientar a concepção dos respectivos projectos. A publicação em 2001 de uma Directiva Europeia relativa à avaliação ambiental de planos e programas (2001/42/CE, de 27 de Junho) veio cristalizar uma AAE, de natureza técnica e racionalista, sob a forma de regulamento, numa época em que o conhecimento sobre o potencial estratégico da AAE começava a despontar.

Investigação desenvolvida no domínio da ciência política, do planeamento e do pensamento estratégico tem vindo a demonstrar o potencial da AAE como instrumento estratégico e de avaliação política. O seu papel no fortalecimento institucional e na definição de contextos de governação tem sido testado. Reconhece-se a necessidade de cruzar outras áreas disciplinares na criação desse conhecimento, estimulando a sua aplicação à avaliação estratégica de políticas públicas. Esta comunicação procura contribuir para a partilha deste conhecimento, e para o estabelecimento de um espaço de diálogo com a comunidade de ciência política em Portugal.



**INSTRUMENTOS DE GOVERNAÇÃO E REFORMA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

MODERADOR: André Azevedo Alves – Univ. Aveiro

**Título de comunicação:** *Novas formas de governança na política nacional da água: o caso da região hidrográfica do Tejo***Autor:** MIGUEL RODRIGUES (miguel.rodrigues@ina.pt)**Instituição:** ISCTE-IUL**RESUMO**

Embora o Estado permaneça actualmente como actor central do poder político, já não exerce esse poder de forma isolada, dependendo cada vez mais de outros actores sociais para fazer face à falta de recursos, de legitimidade ou à crescente complexidade social. Como forma de dar conta deste espaço onde instituições não estatais se envolvem nos processos de governação, tem emergido, no seio da comunidade científica como da esfera política, o conceito de governança.

No caso da política nacional da água, a progressiva abertura dos processos de decisão e da administração pública à participação da sociedade culmina na transposição da Directiva Quadro da Água, dando origem aos Conselhos de Região Hidrográfica. Importa pois verificar se estes contribuem para a consolidação de novas formas de governança. O presente trabalho procura dar conta da evolução histórica da política nacional da água e explorar as dinâmicas de participação no Conselho da região hidrográfica do Tejo.

**INSTRUMENTOS DE GOVERNAÇÃO E REFORMA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

MODERADOR: André Azevedo Alves – Univ. Aveiro

**Título de comunicação: *Ministério das finanças – a reforma organizacional sob um olhar politológico*****Autor:** SÍLVIA VERMELHO (silviavermelho@gmail.com)  
SAMUEL DE PAIVA PIRES (samuelppires@gmail.com)**Instituição:** ISCSP-UTL**RESUMO**

O Ministério das Finanças surge-nos como fonte das inúmeras tentativas de reformas e remodelações de que a Administração Central do Estado tem vindo a ser alvo. Ao mesmo tempo, enquanto fonte, porta uma indissociável característica de modelo, pelo que o estudo da aplicação das sucessivas reformas e remodelações no mesmo permite-nos analisar o impacto real das operações no seu âmago.

Depois do PRACE e na expectativa de um PREMAC, propomo-nos analisar a aplicação destas reformas utilizando como unidade de análise o Ministério das Finanças, revendo as diversas correntes da teoria organizacional e da ciência da administração que, desde os anos 70, nos vão acompanhando anacronicamente, tendo em conta uma aplicação retardada em relação à velocidade de desenvolvimento teórico.

É também nossa intenção relacionar este anacronismo com os factores eminentemente políticos e perspectivas politológicas que lhes são subjacentes, sabendo o Estado como um actor inserido numa ordem social alargada e complexa, e cuja acção, à luz do neo-institucionalismo, resulta da síntese entre preferências individuais dos decisores políticos e constrangimentos que a sociedade impõe, o que, num regime democrático, implica consensos e negociações para que efectivamente as reformas tenham sucesso.

**INSTRUMENTOS DE GOVERNAÇÃO E REFORMA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

MODERADOR: André Azevedo Alves – Univ. Aveiro

**Título de comunicação: *Policy change via diferente institutional pathways: comparing judicial and non-judicial repeal of sodomy laws*****Autor: UDI SOMMER (udi.sommer@gmail.com)****Instituição: Tel Aviv University****RESUMO**

What variables lead judicial and non-judicial decision-making bodies to introduce policy change? In the theoretical framework proposed, the path dependent nature of law has a differential effect on courts and legislatures. Further, political institutions such as elections and accountability lead those bodies to introduce policy change under dissimilar circumstances. Global trends, however, affect both institutional paths equally. We test this theory with data for the repeal of sodomy laws in all countries from 1972-2002. Results from two disparate multivariate models overwhelmingly confirm our predictions. Uniquely positioned institutionally, courts of last resort are less constrained than legislatures by either legal path dependence or political accountability. Globalization, on the other hand, has an equal effect on both. This work is the first to offer a theoretical framework explaining policy change via different institutional paths, systematically test it comparatively and with respect to a policy issue still on the agenda in many countries.

**PORTUGAL EMERGENTE – REALIDADES E TENDÊNCIAS**

MODERADOR: Carlos Leone – FCSH-UNL/OP

**Título de comunicação: *Os poderes simbólicos do Presidente da República*****Autor: EDUARDO PEREIRA CORREIA (epc@sapo.pt)****Instituição: FCSH-UNL/OP****RESUMO**

Ao longo do processo democrático em Portugal, a figura do Presidente da República Portuguesa sofre uma metamorfose. Partiu de uma magistratura de elevada utilização dos poderes presidenciais geradora de um forte intervencionismo no regime, até ao desenvolvimento de uma política de moderação e arbitragem. Analisaremos as condições de poder e de exercício do poder político no sistema semi-presidencial português, a par de uma caracterização detalhada dos poderes presidenciais simbólicos em Portugal, que atingem hoje um papel essencial na coabitação política. A partir da observação do perfil biográfico e político, e dos processos eleitorais de cada presidente, visamos compreender a execução dos princípios de intervenção, cooperação e magistratura de influência que conferem um lugar de destaque, sobretudo ao nível dos poderes simbólicos, ao Presidente da República. A interpretação destes poderes no exercício presidencial configura um novo entendimento sobre os fundamentos essenciais que alicerçam o sistema político português no processo de maturação da democracia portuguesa.

**PORTUGAL EMERGENTE – REALIDADES E TENDÊNCIAS**

MODERADOR: Carlos Leone – FCSH-UNL/OP

**Título de comunicação: *Pós-institucionalismo: entre o descrédito institucional e o neoactivismo*****Autor: INÊS AMADOR (inês\_amador@hotmail.com)****Instituição: ISCTE-IUL/OP****RESUMO**

Nas últimas décadas tem-se assistido a um declínio da efectividade das instituições políticas e sociais com um correspondente aumento da desconfiança dos cidadãos. O mundo institucional viu-se descaracterizado por iniciativa própria ou devido a constrangimentos exteriores. A preocupação central no desenvolvimento das democracias representativas europeias não se efectivou na proximidade entre representantes e representados, nem na participação alargada aos cidadãos nas decisões, mas sim na necessidade de criar um funcionalismo institucional concreto, dotado de responsabilidade e com capacidade decisória. A existência deste formato tradicional de funcionalismo durkheimiano é, no entanto, fortemente questionada num contexto de expansão cultural, económica e social. O recente contexto político tem revelado a emergência de novos movimentos sociais na Europa, com momentos de activismo em Portugal. A pluralidade de exigências sociais, que nesta comunicação reconhecemos, conduz à necessidade de utilizar uma abordagem capaz de, através de estudos de medição dos níveis de confiança nas instituições, oferecer alternativas integradoras.

**PORTUGAL EMERGENTE – REALIDADES E TENDÊNCIAS**

MODERADOR: Carlos Leone – FCSH-UNL/OP

**Título de comunicação:** *A regionalização em Portugal – traços de um projecto de legitimação política***Autor:** RUI ESTÊVÃO ALEXANDRE (ruialexandre@observatoriolitico.pt)**Instituição:** CAPP/OP**RESUMO**

A definição de um mapa político-administrativo em Portugal é matéria cuja análise remonta à primeira metade do século XIX, momento em que após aturado debate, o país ficaria dividido com base na constituição de três tipos de unidades orgânicas – distritos, concelhos e freguesias. Esta configuração viria a manter-se de forma inalterada até aos dias de hoje. Todavia, antes desta concretização do mapa administrativo de 1832, já Mouzinho da Silveira tinha criado uma divisão composta por três níveis distintos de organização administrativa, que dividia o país em *províncias*, *comarcas* e *concelhos*, seguindo o modelo de divisão administrativa desenvolvido em França por Napoleão.

Considerados os dois projectos expostos, bem como a criação e extinção de municípios e freguesias, concluímos que dois séculos após o primeiro grande esforço para organizar administrativamente o território nacional pouco significativos terão sido os avanços alcançados. Importa compreender se a estrutura actual e o *status quo* entre os diferentes níveis administrativos existentes é funcional e se a criação de um outro nível, o Regional, trará ganhos de eficiência e eficácia ao processo político. Face a propostas de mudança, há ainda que considerar se a realidade social, económica e política está em condições de sofrer mutações ao nível do seu equilíbrio de forças.

**RELIGIÃO E POLÍTICA**

MODERADOR: André Barata - UBI

**Título de comunicação: *Religião e cosmopolitismo – a propósito das teses de Ulrich Beck*****Autor: LÍGIA MARCHANA MARTINHO (ligia-marchana@hotmail.com)****Instituição: Univ. Évora****RESUMO**

A sociedade atual apresenta-se-nos como de risco, de risco global, caracterizada por riscos ecológicos, económico-financeiros e riscos decorrentes da ameaça terrorista; é esta a “sociedade do risco” (1986) de Ulrich Beck. Os processos de globalização obrigam à convivência entre indivíduos, culturas e religiões. Um cenário gerador de ódios e conflitos – para Samuel Huntington um choque –, mas, simultaneamente, libertador, criador de cooperação e oportunidades. Neste cenário, qual o papel da religião na sociedade do risco global e qual a sua importância na construção social e política? Beck questiona: que religião? Porquê a religião dos outros – seja ela qual for – e porque não a religião do Deus pessoal? As distintas formas de conceber o Deus pessoal podem simbolizar uma vitória religiosa na defesa da liberdade do indivíduo e, igualmente, a construção de um novo conceito de religião secularizada. No início do século XXI considera-se imperioso situar a religião no contexto político da sociedade do risco global. Beck defende a aplicação da teoria cosmopolita, através da qual o cosmopolitismo funcione como instrumento político de aproximação de culturas, assente na diversidade cultural, no reconhecimento e aceitação, no princípio da tolerância. Neste contexto, qual o futuro das religiões na sociedade do risco global? A religião como ator cosmopolita e uma tolerância responsável, baseada no reconhecimento e aceitação do outro cultural e religioso, em toda a sua diversidade, poderão contribuir para a sustentabilidade da sociedade do risco global?

**RELIGIÃO E POLÍTICA**

MODERADOR: André Barata - UBI

**Título de comunicação: *É possível um estado laico sem uma sociedade laicizada? – Desafios empíricos para a teoria política contemporânea*****Autor: RAQUEL WEISS (weiss.raquel@gmail.com)****Instituição: Univ. Fed. do Rio Grande do Sul****RESUMO**

O ponto de partida desta apresentação é o reconhecimento de um duplo pilar que a teoria social contemporânea entende como fundamentais à dinâmica da vida política moderna. De um lado, atribui-se importância cada vez maior ao papel desempenhado pela sociedade civil, essencialmente plural, e, de outro, há o reconhecimento de que essa diversidade de atores em luta pressupõe o processo de secularização que culminou com a instituição de um estado laico. Minha proposta consiste em problematizar essa relação a partir de uma análise das controvérsias em torno do aborto que exerceram um forte impacto sobre as últimas eleições presidenciais ocorridas no Brasil em 2012. O argumento defendido é o de que interesses religiosos levaram a posicionamentos radicais que impediram o franco processo de deliberação, de modo que parece ocorrer uma “colonização” religiosa na esfera política, levando a indagar sobre a efetividade de um estado laico, estruturado sobre princípios racionais, num contexto no qual a sociedade civil não encontra-se suficientemente laicizada.



**RELIGIÃO E POLÍTICA**

MODERADOR: André Barata - UBI

**Título de comunicação:** *Deus na construção europeia***Autor:** JORGE AZEVEDO CORREIA (jorgeazevedocorreia@gmail.com)  
FRANCISCO PEREIRA COUTINHO (fpcoutinho@hotmail.com)**Instituição:** Univ. Fed. do Rio Grande do Sul**RESUMO**

O preâmbulo do Tratado da União Europeia anuncia que esta se inspira no património cultural, religioso e humanista da Europa. Nenhuma outra referência é feita ao fenómeno religioso, o que inculca a ideia de que é possível prescindir de uma fundamentação e de uma consciência religiosa para a construção de uma ordem normativa constitucional na União. Esta presunção de neutralidade da teoria liberal que sustenta filosoficamente esta ideia de Europa não é, porém, uma visão unívoca e tem vindo a ser questionada por pensadores como Joseph Weiler, Marcello Pera e John Gray sob dois pontos fundamentais: (i) a asserção de que o liberalismo tem força cogente e independente de visões metafísicas abrangentes; (ii) a ideia de que só uma fórmula político-jurídica laica pode preservar os princípios de liberdade contemporâneos.

A pluralidade do constitucionalismo europeu, onde convivem simultaneamente Estados confessionais, laicos e laicistas, deve, por isso, levar a repensar ou rejeitar o axioma laico como paradigma da relação entre o fenómeno religioso e político ao nível da União Europeia e serve de mote para a compreensão das relações entre Religião e as Instituições Europeias.

**DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS**

**EM QUADROS DE PUBLIC GOVERNANCE:**

**O DESAFIO DA COORDENAÇÃO DA ACTUAÇÃO DE MÚLTIPLOS ACTORES**

MODERADOR: Maria Engrácia Cardim – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Factores-chave no processo de implementação de políticas públicas: Itinerários de (in)sucesso entre o discurso e as práticas*

**Autor:** MARIA ENGRÁCIA CARDIM (mcardim@iscsp.utl.pt)

**Instituição:** ISCSP-UTL

**RESUMO**

Sendo a implementação a fase do processo de produção de políticas públicas na qual se concretiza o projeto que a governação entendeu ser mais adequado à resolução/mitigação de um dado problema, a identificação de pontos críticos e a definição de modelos de itinerários de (in)sucesso nos processos de implementação assume especial importância no campo das Policy Sciences.

Tendo por objetivo perceber o que acontece entre as expectativas políticas e os seus resultados, procurei identificar os fatores-chave à implementação de políticas, a partir da observação e da análise de três sistemas: Acreditação de Entidades Formadoras; Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; e, Rendimento Social de Inserção.

Para tal, adotei uma estratégia metodológica de matriz qualitativa, que acolhe a complexidade do objeto, o seu contexto e teia de interações, através da recolha de perceções e representações de diferentes níveis de atores intervenientes têm face às políticas públicas e à sua disponibilização, às quais associei informações, dados, registo de ocorrências, textos e diplomas legais.

Este artigo promove portanto a reflexão sobre estas questões, trazendo as abordagens teóricas que têm vindo a ser produzidas sobre o campo e as perspetivas que emergiram da análise da implementação das três políticas públicas.

**DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS****EM QUADROS DE PUBLIC GOVERNANCE:****O DESAFIO DA COORDENAÇÃO DA ACTUAÇÃO DE MÚLTIPLOS ACTORES**

MODERADOR: Maria Engrácia Cardim – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Desenho e implementação de políticas públicas transversais: o papel dos stakeholders na política de acessibilidade de Portugal*

**Autor:** DIANA TEIXEIRA (dicarolinateixiera@gmail.com)

**Instituição:** ISCSP-UTL

**RESUMO**

Por efeito da complexidade crescente dos contextos sociais, as políticas públicas transversais tornaram-se cada vez mais comuns, envolvendo não só atores de diferentes áreas e níveis de atuação pública, mas também diversos stakeholders não-oficiais, como cidadãos, grupos de interesse, setor empresarial, entre outros.

A Política de Acessibilidade, pela extensão da sua aplicação, é disso exemplo, já que exige uma ação concertada num quadro multi-atores em torno de um objetivo comum, de modo a que se concretizem sinergias na alocação e racionalização de recursos, o que se revela particularmente premente no atual contexto económico-financeiro. Assim, é necessário proceder à mobilização destes atores, tornando-os agentes ativos no desenho e implementação da política, estruturando o quadro e as tipologias de intervenção requeridas no âmbito da sociedade civil.

Este artigo propõe-se analisar o processo de desenho e implementação da Política de Acessibilidade em Portugal e proceder à identificação das incoerências internas e externas da legislação enquadradora. Ademais, propomo-nos ainda analisar criticamente qual o papel que diversos stakeholders desempenham neste processo, bem como ensaiar possíveis modelos alternativos de participação e de socialização dos mesmos face à política e aos objetivos e princípios que lhe estão afetos.

**DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS****EM QUADROS DE PUBLIC GOVERNANCE:****O DESAFIO DA COORDENAÇÃO DA ACTUAÇÃO DE MÚLTIPLOS ACTORES**

MODERADOR: Maria Engrácia Cardim – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Competição e cooperação na implementação de uma política pública  
Em modelo “principal-agente”: incompatíveis, coexistentes ou  
complementares*

**Autor:** LUÍS MOTA (mota.lfo@gmail.com)

**Instituição:** ISCSP-UTL

**RESUMO**

Devido à crescente complexidade dos problemas e das solicitações societais e ao avolumar de sentimentos de frustração face à ação do Estado, tem vindo a registar-se nas últimas décadas um crescente envolvimento de atores dos setores privado e não-lucrativo no desenho e implementação de políticas públicas.

Muito embora seja um país de acentuada tradição hierárquica, Portugal não é exceção a esta tendência. Iniciada em 2001 e revista/reenquadrada em 2005, a política de “Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências” é disso exemplo, já que a sua implementação se processa através da contratualização de objetivos entre coordenadores públicos (principal) e diversos ‘agentes’ públicos, privados e não-lucrativos de âmbito local (CNOs).

Pressionados a serem competitivos devido às ‘elevadas metas’ contratualizadas, mas sentindo também a necessidade de desenvolverem relações com diversos outros ‘agentes’, as relações inter-CNOs são assim marcadas pelo paradoxo entre competição e cooperação, cuja (in)compatibilidade carece ainda de investigação no âmbito das Policy Sciences.

Através da inquirição por entrevista a 13 diretores/coordenadores de CNOs do distrito de Lisboa (que possui elevada concentração territorial de CNOs), e a 4 responsáveis pela estrutura coordenadora, propomo-nos identificar os principais fatores facilitadores e inibidores de uma cooperação efetiva entre CNOs, partindo do carácter inequívoco da competição.

**DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS**

**EM QUADROS DE PUBLIC GOVERNANCE:**

**O DESAFIO DA COORDENAÇÃO DA ACTUAÇÃO DE MÚLTIPLOS ACTORES**

MODERADOR: Maria Engrácia Cardim – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Governance and Collaborative Management in Public Service. The case of the Independent Living Project*

**Autor:** GEMA PASTOR ALBALADEJO (artis@cps.ucm.es)

MARIA GARCIA SOLANA (mjgarcia@pdi.ucm.es)

**Instituição:** Univ. Complutense de Madrid

**RESUMO**

The Governance is usually identified with a new style of government that promotes the participation of state and private institutions in the resolution of public affairs and introduces collaborative relationships between public, private and non-profit associations. This paradigm reveals a current and inherent need to the “relational social State”, the challenge of creating structures and collaborative networks between public-private sphere to develop policies and/or public services with effectiveness and social equity.

The paper proposed analyzes an experience about collaborative management strategy, the Independent Living Project in Madrid, pioneer in Spain, and which has opted for direct participation of citizens-users in services delivery. Specifically, it is expected to know and consider, inter alia, the following issues: objectives, characteristics and the degree of development of this initiative, the actors involved (types, roles and level of involvement in the design, adoption, production and/or service evaluation), the notion of the citizen discussed and the spaces for participation enabled.

**DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS**

**EM QUADROS DE PUBLIC GOVERNANCE:**

**O DESAFIO DA COORDENAÇÃO DA ACTUAÇÃO DE MÚLTIPLOS ACTORES**

MODERADOR: Maria Engrácia Cardim – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Cooperação intergovernamental e a armadilha da decisão conjunta: as comissões de articulação intergovernamental das políticas sociais no Brasil*

**Autor:** PEDRO PALOTTI (pedropalotti@gmail.com)  
JOSÉ ÂNGELO MACHADO (joseangelo@fafich.ufmg.br)

**Instituição:** Univ. Federal de Minas Gerais

**RESUMO**

Conforme aponta a literatura, sistemas de decisão conjunta entre distintos níveis de governo podem acarretar perigos de paralisia decisória ou resultados sub-ótimos. O *paper* aborda como as comissões intergestores de políticas sociais no Brasil (saúde, assistência social e educação), espaços consensuais para tomada de decisão conjunta, aparentemente apresentam resultados positivos quanto à produção normativa, sendo inclusive capazes, em alguns casos, de cumprir funções operacionais importantes para o funcionamento dos respectivos sistemas. São analisados fatores explicativos para o desempenho satisfatório dessas instâncias, abrangendo desde a existência de identidades setoriais comuns, passando pelo poder de agenda e controle de recursos estratégicos pelo Executivo federal até a autonomia dos entes federados para adesão aos programas governamentais.

**INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

MODERADOR:Filipe Montargil – ISCSP-UTL

**Título de comunicação: *Participação e democracia nas redes sociais: uma análise a partir da administração pública federal no Brasil*****Autor: ANA CLÁUDIA FARRANHA (farranha@unb.br)**  
**Instituição: Univ. de Brasília****RESUMO**

Esse trabalho tem por objetivo compreender o sentido da participação dos órgãos públicos do Poder Executivo Federal (Brasil) nas redes sociais ( Facebook e Twitter). Para tanto, apresenta-se a revisão da literatura de que trata o tema. As principais categorias de análise a serem discutidas são: redes sociais, democracia participativa e governo eletrônico. O presente texto se constitui no referencial teórico do projeto A Administração Pública nas redes sociais: discutindo elementos acerca das novas formas de informação ao cidadão, desenvolvido junto à Universidade de Brasília. Além da revisão bibliográfica sobre o tema, apresentam-se, também, os instrumentos metodológicos que vem sendo utilizados na análise, bem como os primeiros resultados do trabalho e sua importância para o tema governança pública, tendo por base as novas mídias eletrônicas, principalmente a web 2.0.

**INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

MODERADOR:Filipe Montargil – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Os pressupostos comportamentais da regulação do sector bancário em Portugal***Autor:** ANA CORDEIRO SANTOS (anacsantos@ces.uc.pt)  
VÂNIA COSTA (vaniacosta@ces.uc.pt)**Instituição:** CES-UC**RESUMO**

O modelo de escolha racional foi usado como referência na área das políticas de protecção do consumidor. Assumia-se que os consumidores são agentes racionais que agem em consonância com os seus melhores interesses. Necessitam apenas de dispor da informação necessária para a tomada de decisão. Aos reguladores competia garantir a disponibilização de alguma da informação relevante. A economia comportamental tem produzido abundante evidência empírica que indica que as pessoas se afastam de uma forma sistemática deste modelo. Por exemplo, os indivíduos baseiam as suas decisões em informação que se encontra disponível, acessível ou mais saliente, que não é necessariamente a informação relevante para o problema que têm entre mãos. As elevadas taxas de endividamento das sociedades mais desenvolvidas podem ser, em parte, explicadas pela dificuldade que os indivíduos têm quando se confrontam com decisões financeiras. Várias entidades europeias, que trabalham na área da protecção do consumidor, vêm reconhecendo a importância das ciências comportamentais para as políticas de protecção do consumidor. Com efeito, a eficácia das políticas públicas requer uma boa compreensão dos factores que afectam a tomada de decisão dos consumidores. Esta comunicação, numa primeira parte, procura demonstrar a importância do comportamento financeiro dos consumidores para a regulação e, numa segunda parte, aferir se este conhecimento está a ser incorporado nas políticas e práticas de regulação em Portugal.



**INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

MODERADOR: Filipe Montargil – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Public policy communication: the case of gender policy in Spain*

**Autor:**                      **CRISTINA MORENO** (cmoreno@um.es)  
**FRANCISCO PARRA** (fcoparra@um.es)

**Instituição:**                **Univ. Murcia**

**RESUMO**

This paper aims to analyze the relationship between public policy communication and communication in electoral campaigns.

Mass media development from the 60s has dramatically influenced what is understood as political communication. Globalization has transformed the political arena, to the extent that the expression “permanent campaign” has become part of the political and journalistic *argot*. These changes have also affected public policy studies: how do we have to communicate public policy is nowadays a key question. We can answer that question by applying principles of strategic communication in electoral campaigns.

To test this hypothesis, this paper analyzes the case of gender policy in the current Spanish government.

**INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

MODERADOR: Filipe Montargil – ISCSP-UTL

**Título de comunicação: *Governança democrática no Brasil: informação e processo decisório*****Autor:** HELOISA BEZERRA – Univ. Federal de Goiás (diasbezerra.h@gmail.com)  
VLADIMYR JORGE – Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro (vljorge@uol.com.br)**RESUMO**

Nesta comunicação vamos apresentar conclusões do projeto “Democracia e boa governança no Brasil”. Considerando que a prática da boa governança ocorre com a disponibilização de informações que habilitam os cidadãos a demandar políticas e prestar atenção no desempenho dos políticos, analisamos os portais eletrônicos dos executivos estaduais do Brasil, entre 2009 e 2010, com o intuito de verificar se permitem a indivíduos ou grupos o acesso a informações suficientes e necessárias para que possam exercer algum tipo de controle horizontal ou vertical. Ainda, se oferecem mecanismos que permitam a indivíduos ou grupos interagir direta ou indiretamente e expressar suas preferências frente às ações e políticas públicas desenvolvidas e em desenvolvimento. Finalmente, em que níveis os executivos estaduais, aderindo à convergência tecnológica e, assim, privilegiando a internet como meio de informação e interatividade com a sociedade, estão realizando accountability política e responsividade essenciais à governança democrática. Os resultados da pesquisa indicam ausência de ferramentas que possibilitem a participação dos cidadãos em processos decisórios e o acesso a informações sobre o que os governantes estão fazendo, fizeram ou poderiam fazer; bem como ausência de uma memória dos processos administrativos governamentais, dificultando a transparência nos negócios públicos.

**OS DESAFIOS DA PRIMAVERA ÁRABE**

MODERADOR: Maria do Céu Pinto – Univ. Minho e José Teixeira Fernandes - ISCTE

**Título de comunicação:** *Qual a direcção da primavera árabe?***Autor:** MARIA DO CÉU PINTO (mceupinto@gmail.com)**Instituição:** Univ. Minho**RESUMO**

O que se convencionou chamar de Primavera Árabe, ou o conjunto de manifestações que causaram o derrube dos presidentes Ben Ali e Hosni Mubarak e que ameaçam os regimes sírio, iemenita e do Bahrein, ainda é um fenómeno de causas e consequências indefinidas. Dez meses após a Primavera Árabe derrubar o seu primeiro ditador, houve poucos avanços concretos na direcção das reformas pretendidas . A Primavera gerou três cenários: no primeiro, as manifestações não levaram à mudança do regime; o segundo, criou uma mudança nos líderes, mas não na forma como o país é dirigido; o terceiro é aquele que as manifestações se transformaram em guerras civis, como a Líbia e o Iémen. Não há uma visão única para a Primavera Árabe. As revoltas podem levar à tomada do poder pelos islamistas e/ou iniciar um período de transformação lento e pleno de incertezas. O objectivo deste painel é fazer o ponto da situação e explorar cenários para a evolução deste fenómeno, no plano interno, regional e no contexto do relacionamento com a Europa e EUA.

**OS DESAFIOS DA PRIMAVERA ÁRABE**

MODERADOR: Maria do Céu Pinto – Univ. Minho e José Teixeira Fernandes - ISCTE

**Título de comunicação: *Third-party intervention in international relations: an assessment of the role of external actors in the 2011 Lybian crisis*****Autor: ADETOLA ODUBAJO (festod@yahoo.com)****Instituição: Univ. of Lagos****RESUMO**

One of the defining characteristics of contemporary international politics is the global undisguised aversion to conflicts. Such aversion encourages the formation of collective security models whose instrumentalities are employed to either deter the escalation of conflicts or to enforce the pacific solutions to conflicts among belligerents. On the other extreme is the existence of the principles of non-violability of the sovereignty of states. This seeming contradiction raises the question about the justification for third-party intervention in national conflicts.

The contradiction once again comes to the fore with the on-going Libyan crisis. Being peculiar in its characteristic defiance to Western-political values, Gadaffi's Libya has always been perceived as recalcitrant. Hence, the greatest opportunity for the West to deal a deadly blow on the Gadaffi regime presented itself with the calls by civil-society organisations in Libya for the ouster of Muammar Gadaffi. The CSOs capitalized on the wind of change blowing through the Maghreb region of Africa and other parts of the Arab world as a consequence of the self-immolation of a Tunisian citizen in December, 2010.

This article interrogates the interventionist motives of the Western world in the Libyan crisis. This is undertaken with a survey of literature on the twin perspectives on third-party intervention; idealist/liberal and realist paradigms. The paper concludes with recommendations that emphasize the institutionalization of global early warning systems and the necessity for global collective actions, among others, as basis for third-party intervention.

**OS DESAFIOS DA PRIMAVERA ÁRABE**

MODERADOR: Maria do Céu Pinto – Univ. Minho e José Teixeira Fernandes - ISCTE

**Título de comunicação:** *The tunisian revolts*

**Autor:**

**ÁGATHA ARRANZ – San Pablo CEU**

**DESIRÉE PIZZAMIGLIO – Spanish National Research Council**

**RESUMO**

It seems that the Arab World has passed through a “Domino Effect” in which many countries have changed their political situation by means of pacific rebellions. The aim of this proposal is to understand the reason why all this movements have happened and if they have really been so similar among them. Nevertheless, it is necessary to focus the study in two countries since there is too much information about all the conflicts that have been spread in the Maghreb.

In this case, I am going to compare the revolts which took place in Libya and Tunisia. It all started with a self-immolation of a Tunisian seller. Occident has been following carefully the shocking events that began with this notable action. It was required a change in the course of the political, social and economical situation with pacific demonstrations.

After the success of the Tunisian revolt, Libyans have taken example of the rebellion, but unfortunately, the triumph has not been easy. The demonstrations turn into a civil war. Why did they take the violent path? Is there any chance for a real democracy in both countries? Will Occident be threaded by the possible Islamic governments?

**OS DESAFIOS DA PRIMAVERA ÁRABE**

MODERADOR: Maria do Céu Pinto – Univ. Minho e José Teixeira Fernandes - ISCTE

**Título de comunicação: *As redes sociais como novos espaços de mobilização, contestação e poder*****Autor:** DANIELA NASCIMENTO (danielan@fe.uc.pt)  
RAMON BLANCO (ramon@ces.uc.pt)**Instituição:** CES-UC**RESUMO**

Desde a ‘Revolução Verde’ de 2009 no Irão que se tem gerado um intenso debate sobre o papel desempenhado pelas redes sociais na promoção de vagas de democratização, mudança política e confrontação relativamente a governos repressivos um pouco por todo o mundo. A ‘Primavera Árabe’ que se fez sentir em muitos países do Médio Oriente e do Norte de África durante ao longo de 2011 chamou a atenção para novas formas de mobilização e evidenciou em especial o poder desses instrumentos em abalar alguns dos regimes mais autoritários do mundo, através de movimentos mobilizados via sms, Facebook e/ou Twitter. Mais recentemente, as campanhas e manifestações dos chamados ‘indignados’ acampados que têm acontecido um pouco por toda a Europa, mobilizados também pelas mesmas ferramentas sociais, demonstram que estes podem ser instrumentos eficazes não apenas em contextos de regimes políticos mais fechados às exigências populares, mas como demonstrações de descontentamento e contestação em contextos de países democráticos que, à partida, estariam mais abertos à opinião pública. Neste contexto, esta comunicação visa analisar e discutir criticamente o real impacto destas novas tecnologias e redes sociais como novos espaços de mobilização, contestação e poder e, ao mesmo tempo, o seu papel na promoção de direitos humanos e dinâmicas de democratização.

**INTERVENCIONISMO GLOBAL**

MODERADOR: José Manuel Pureza – CES-UC

**Título de comunicação: *A intervenção da NATO na Líbia: o que pode o ocidente fazer?***

**Autor: BRUNO CARDOSO REIS (bcreis37@gmail.com)**

**Instituição: IDN**

**RESUMO**

Este paper combina quer a análise histórica, quer a das RI, relativamente à forma como o Ocidente acabou por intervir na Líbia no sentido do derrube do regime de Qaddafi. Sublinharemos em primeiro lugar a importância histórica do Mediterrâneo na segurança da Europa. Depois apontaremos para as manifestações de imperialismo Ocidental formal e informal na margem sul do Mediterrâneo e para a forma como elas condicionaram o relacionamento pós-colonial da Europa e do Médio Oriente. Por fim, iremos procurar traçar o perfil da intervenção militar do Ocidente na Líbia comparando essa intervenção com outras anteriores. Na conclusão iremos responder essencialmente a duas questões: Esta intervenção corresponde ou não a uma evolução significativa e com potenciais implicações futuras do tipo de intervenção militar do Ocidente? Qual será o impacto desta intervenção nas relações entre a Europa e o Médio Oriente?

**INTERVENCIONISMO GLOBAL**

MODERADOR: José Manuel Pureza – CES-UC

**Título de comunicação:** *O Realismo e as intervenções militares*

**Autor:** ANDRÉ BARRINHA (abarrinha@fe.uc.pt)

**Instituição:** FEUC-UC

**RESUMO**

Apesar de normalmente associado à ideia de inevitabilidade da guerra, o Realismo, enquanto escola de pensamento no campo das Relações Internacionais, produziu, desde o fim da II Guerra Mundial, algumas das mais devastadoras críticas contra o intervencionismo militar, particularmente dos EUA. Pretende-se neste *paper* analisar, numa primeira fase, os principais argumentos utilizados pelo Realismo relativamente à intervenção norte-americana no Vietname e mais recentemente no Iraque, derivando a partir daí um modelo de análise que permita, numa segunda fase, servir de base para um entendimento geral de uma ética de intervenção realista que será, na parte final, aplicado ao discurso do Presidente norte-americano Barack Obama, de Março de 2011, onde são estabelecidos, em breves traços, as ideias norteadoras da atual política de intervenção militar norte-americana.





**INTERVENCIONISMO GLOBAL**

MODERADOR: José Manuel Pureza – CES-UC

**Título de comunicação: *O legado da “linha de Mogadiscio” na intervenção internacional na Somália (2006-2011)*****Autor: ALEXANDRA MAGNÓLIA DIAS (alexmagnolia.dias@gmail.com)****Instituição: ISCTE-IUL****RESUMO**

A presente comunicação assenta num estudo que tem como pergunta de partida em que medida a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM) se constitui como catalisador de uma intervenção “ onusiana” na Somália. Numa primeira parte, a comunicação enquadra a historicamente a diversidade de intervenções internacionais na Somália desde a desintegração do Estado em 1991.

O objectivo central da presente comunicação é revisitar a Intervenção Internacional na Somália (2006-2011) e compreender em que medida o legado da “ linha de Mogadiscio” tem condicionado o tipo de intervenção por parte de actores internacionais regionais e extra-regionais, nomeadamente a Etiópia e o Quénia e os EUA e organizações inter-governamentais tais como a UA, a ONU e a UE. Neste sentido, será inevitável enquadrar a intervenção da NATO e da EU nas operações contra-a-pirataria ao largo da Costa da Somália e no Golfo de Adem. No entanto, a dimensão marítima da intervenção internacional de actores extra-regionais na Somália será alvo de atenção marginal e apenas em relação com o enquadramento geo-estratégico da Somália.

Na parte final, conclui-se que o legado da “ linha de Mogadiscio” ou o risco de intervenções humanitárias com fatalidades tem condicionado não só o tipo de intervenção por parte dos EUA, bem como a transformação ou eventual coordenação da operação da Apoio à Paz da União Africana na Somália com uma Operação de Apoio à Paz das Nações Unidas na Somália.

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES**

MODERADOR: Marcos Farias Ferreira – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Critical IR theories: between myth, linear science and vertigo*

**Autor:** ARI JERREMS (ari.jerrems@uam.es)

**Instituição:** Univ. Autónoma de Madrid

**RESUMO**

“The Fourth Debate” saw the emergence of numerous critical theories including feminism, neogramscian, postcolonialism and poststructuralism that began to question the limits of the IR discipline. This paper proposes a theoretical analysis of what makes a theory critical and in doing so establishes and differentiates between three approaches in theory; myth, linear science and critique. It argues that different IR theories may utilize a mixture of these approaches in their research. Thus to maximize critical potential this paper offers a number of proposals, concluding that critical theory is that which identifies and breaks with the limits of the discipline pushing it in new and unexpected directions.

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES**

MODERADOR: Marcos Farias Ferreira – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Clausewitz and Al-Qaeda – a dialectical revisiting*

**Autor:** **FILIFE PATHÉ DUARTE** (felipepatheduarte@gmail.com)

**Instituição:** **IEP-UCP**

**RESUMO**

Is the Clausewitzian thought outdated? From the general theory of strategy perspective, the Clausewitz model may still be very important, especially as a toolkit to understand all kinds of irregular warfare. His model does not specify what to do, but it does advice on how to think about what to do.

This paper will try to show how the Prussian strategist thought stills up-to-date, indicating, in a conceptual balance, its importance for post-Cold War warfare interpretation and modern strategy. Whether a calculated use of force by a State, an insurgent operation, or an irrational conflict of ethnically or “religious” violence, this model is crucial to study all forms of warfare.

Based on a sort of a dialectical structure we will demonstrate: 1) in a first glance, the importance of the trinitarian concept; 2) subsequently, its contemporary critics; 3) and, as a synthesis, the way how to apply this model to non-state actors’ warfare, particularly to Al- Qaeda and Associated Movements.

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES**

MODERADOR: Marcos Farias Ferreira – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Shepherding the world through technology: information society as a global surveillance technique***Autor:** VICTOR MARQUES DOS SANTOS (franciscojavier.pennas@uam.es)  
MARIA JOÃO FERREIRA (mjmfsp@gmail.com)**Instituição:** ISCSP-UTL**RESUMO**

In 2004, the Global Business Dialogue on e-Society stated that the private sector is in a unique position to shepherd the world through globalization. The employment of the shepherd metaphor is particularly important in the context of the international regime on information society. The meta-narratives on information society constitute an arena where diverse and opposing discursive practices shape international policies concerning the world information order. Our paper addresses the issue of how those discursive practices have been dominated by a market perspective on information society that, under the cloth of technological determinacy and neutrality, regards information as a commodity whose access should be controlled through surveillance mechanisms. The paper argues that the international regime on information society can be studied through the Foucaultian concept of technique of government since the use of communication technology is regulated in such a way as to allow for the legitimization of social surveillance practices.

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES**

MODERADOR: Marcos Farias Ferreira – ISCSP-UTL

**Título de comunicação: *O papel da Comissão de Construção da Paz em situações de pós-conflito armado: o caso da Guiné-Bissau*****Autor: FERNANDO CAVALCANTE (franciscojavier.pennas@uam.es)****Instituição: CES-UC****RESUMO**

A Comissão de Construção da Paz (CCP) foi criada em 2005 para preencher uma grave lacuna institucional nas Nações Unidas (ONU): a ausência de estruturas responsáveis pela coordenação de esforços na área de construção da paz (peacebuilding). Esta proposta busca analisar em que medida o estabelecimento da CCP afetou a prática da Organização no processo de construção da paz na Guiné-Bissau. Argumenta-se que as mudanças decorrentes da criação da Comissão foram apenas superficiais naquele caso específico, uma vez que, apesar de proporcionar um novo locus institucional para discussões e novos mecanismos para o financiamento das atividades na área de construção da paz, a CCP apenas reforçou o projeto contemporâneo da paz liberal em Bissau. O argumento é sustentado por uma discussão detalhada do processo pelo qual as premissas daquele projeto foram incorporadas à estratégia política da Comissão para a Guiné-Bissau. Metodologicamente, a proposta adota estratégia qualitativa fortemente ancorada em entrevistas e observação participativa das atividades da Comissão. A análise conclui que as mudanças decorrentes da criação da CCP ficaram mais restritas aos procedimentos institucionais e administrativos, não tendo sido suficientemente fortes para proporcionar mudanças estruturais e conceituais mais profundas na prática de construção da paz da Organização.

**A EXTERNALIZAÇÃO DA SEGURANÇA INTERNA****- DINÂMICAS INTER/TRANS/SUPRA-ESTADUAIS FACE A DESAFIOS TRANSNACIONAIS -**

MODERADOR: Ana Paula Brandão – Univ. Minho / DISCUSSANT: Maria Francisca Saraiva – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Segurança (interna) – um conceito em (re)construção face à consciencialização de bem vital supranacional***Autor:** MANUEL GUEDES VALENTE

ELIA CHAMBEL

**Instituição:** ISCPSI**RESUMO**

A segurança pertence ao grupo de topologias mutáveis no tempo e no espaço. A força gravitacional do espaço e do tempo impõe ajustes inerentes à volatilidade dos factores políticos, económicos e jurídicos conjugados com o contexto social e cultural. A história é testemunha viva da difícil construção de um conceito de segurança e, a partir deste, de um conceito de segurança interna. O positivismo do estado natureza e do estado legal que sobrevalorizou, de forma desconexa, a segurança e, em certos tempos e espaços, restringiu o espaço físico e cognitivo da liberdade. Este paradigma, muito próximo do Estado vestefaliano, foi ultrapassado com a afirmação dos direitos humanos em toda a esfera planetária e com a pigmentação no pensamento dominante do jusnaturalismo. O ser humano ocupa o centro da discussão e o ponto de partida e de chegada de toda a decisão. A segurança (interna) e o que se apreende dela como bem vital entram em célere reconstrução com a chegada da sociedade «tardo-moderna». Esta reconstrução apresenta-se como missão dos que encontram, no tempo vivencial e no espaço disponível europeu e internacional, a afirmação da segurança (interna) como topologia essencial à comunidade nacional. Esta reconstrução topológica exige um olhar global integrante dos vários factores e discursos de modo a concretizar os direitos humanos, que deve ser a pedra angular da epistemologia e axiologia da ciência.

**A EXTERNALIZAÇÃO DA SEGURANÇA INTERNA****- DINÂMICAS INTER/TRANS/SUPRA-ESTADUAIS FACE A DESAFIOS TRANSNACIONAIS -**

MODERADOR: Ana Paula Brandão – Univ. Minho / DISCUSSANT: Maria Francisca Saraiva – ISCSP-UTL

**Título de comunicação: *A externalização da segurança interna: cooperação policial europeia e terrorismo transnacional*****Autor: ANA PAULA BRANDÃO****Instituição: Univ. Minho****RESUMO**

A comunicação tem por objectivo analisar o impacto das ameaças transnacionais na conceptualização e práticas da segurança interna. O paradigma realista consagra a segurança como um domínio exclusivo do Estado, bem como a divisão política, institucional e operacional, entre segurança interna e externa. A crescente complexidade e a imprevisibilidade do ambiente de segurança caracterizado por ameaças multidimensionais, difusas e indirectas de fonte não-estadual e transnacional, expõem os limites do paradigma de segurança tradicional. Em Dezembro de 2005, a União Europeia adoptou uma estratégia anti-terrorista abrangente, assente em quatro pilares – prevenir, proteger, perseguir e responder – que exigem uma complexa coordenação multinível e inter-políticas. Tendo em vista o desenvolvimento de uma capacidade colectiva, em “espaço cada vez mais aberto, com uma íntima relação entre os aspectos internos e externos da segurança”, os Estados-membros propõem-se aproveitar “melhor forma a capacidade dos órgãos da EU, incluindo a Europol, a Eurojust, a Frontex, o CIV e o SITCEN”. Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 e subsequentes catalisaram o progresso das actividades da Europol na prevenção e luta contra o terrorismo. A comunicação identifica e discute as oportunidades e os constrangimentos da tendência externalizadora da segurança interna associada à natureza transnacional da ameaça, à externalização da actividade policial nacional e à dimensão externa da cooperação Europol.



**A EXTERNALIZAÇÃO DA SEGURANÇA INTERNA****- DINÂMICAS INTER/TRANS/SUPRA-ESTADUAIS FACE A DESAFIOS TRANSNACIONAIS -**

MODERADOR: Ana Paula Brandão – Univ. Minho / DISCUSSANT: Maria Francisca Saraiva – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *Portugal e o desafio terrorista transnacional: externalização da segurança interna através da europeização?***Autor:** VERÓNICA MARTINS**Instituição:** Institut d'Études Politiques de Paris**RESUMO**

Portugal tem sido poupado pelos ataques terroristas islâmicos perpetrados no espaço euro-mediterrânico desde o início dos anos 2000, terrorismo internacional cujo alcance desafia as capacidades de resposta nacionais. Enquanto membro da União Europeia, Portugal também partilha as preocupações derivadas de um espaço europeu sem fronteiras internas e da existência de uma vizinhança europeia instável, pelo que além do desenvolvimento de uma legislação interna e de meios operacionais para a protecção do seu território, tem igualmente participado no esforço europeu para a luta contra o terrorismo. Esta comunicação analisa em que medida a política anti-terrorista de Portugal foi europeizada e, por isso, centra a sua atenção nas interacções existentes entre os níveis europeu e nacional. Procuramos ver de mais perto os desenvolvimentos da política externa de Portugal na área anti-terrorista com a Argélia e Marrocos desde meados dos anos 1990 até 2010. Visto que a europeização não deve ser confundida com integração europeia, a análise das preferências portuguesas abrange igualmente o Diálogo 5+5 e o Fórum do Mediterrâneo, assim como organizações internacionais como a NATO e a OSCE. Este estudo é desenvolvido no quadro teórico do neo-institucionalismo o que nos permite concluir que, apesar de uma acção crescente dessas formações internacionais no âmbito da luta contra o terrorismo, as preferências da política externa portuguesa em relação a Argélia e a Marrocos resistem à mudança embora a europeização por *crossloading* acabe por produzir convergência na dimensão política.

**A EXTERNALIZAÇÃO DA SEGURANÇA INTERNA****- DINÂMICAS INTER/TRANS/SUPRA-ESTADUAIS FACE A DESAFIOS TRANSNACIONAIS -**

MODERADOR: Ana Paula Brandão – Univ. Minho / DISCUSSANT: Maria Francisca Saraiva – ISCSP-UTL

**Título de comunicação:** *The evolution of the technologies of warfare in Guinea-Bissau's conflict: evolving relations of a structure within a structure***Autor:****CLÁUDIA RAMOS TELES – IHC** (claudia\_teles@live.com.pt)**DANIEL TINTO DE MATOS – FCSH-UNL** (driotinto@gmail.com)**RESUMO**

This paper addresses the evolution of the conflict in Guinea-Bissau using a model based in Kalyvas (2010) concept of technologies of warfare. We follow the conflict from its onset as a revolutionary anti-colonial struggle since the late 70s to the actual bandit narco-state situation, going through the "traditional-civil-war-like" conflict after the fall of the Berlin wall. We find that this model, coupled with a international relations neorealist perspective, allows for a strong understanding of violence, looking at the interactions between the two different structural levels (international and state). Using the framework set by Holsti (1996), we look at Anarchy as the structural factor that defines the use of conflict (and therefore violence) to reach political objectives. The implications of that is some degree of cross-theorization between what is used to explain internal conflict and international conflict (within, between and both within and between boundaries). We want to evaluate how the change in international structure causes changes in national structure, how do they dialogue and what is the effect to what happens on the field. Our primary findings indicate that there is a strong and intertwining effect of one structure affecting each other, specially because sub-state actors in conflicts tend to see themselves as sovereign peers, and to adopt actions and strategies similar of the ones by state actors, both historically and conflict-specifically.

**UM PAÍS DE BRANDOS COSTUMES? MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ACTIVISMO  
NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO EM PERSPECTIVA COMPARADA**

MODERADOR: Guya Accornero – CIES-IUL / DISCUSSANT: Tiago Fernandes – FCSH-UNL

**Título de comunicação:** *Crises e ciclos de protesto no Portugal democrático*

**Autor:** GUYA ACCORNERO (guyaaccornero@hotmail.com)

**Instituição:** CIES-IUL

**RESUMO**

O objective deste paper é de analisar a um nível macro os ciclos de protesto que têm atravessado Portugal desde os finais dos anos Setenta até aos nossos dias, com especial atenção aos momentos de crise.

A efectiva mobilização dos cidadãos será analisada assim através uma reconstrução de longo prazo dos ciclos de protesto em que os portugueses se envolveram desde a consolidação da democracia e sobretudo em coincidência com os momentos de crise (por exemplo, na altura da passada intervenção do FMI no país em 1983).

As questões essenciais na base deste estudo são: quais são os efeitos dos momentos de crise e das medidas adoptadas para os enfrentar nas dinâmicas de mobilização social? A “deprivação” e o mal-estar têm efeitos directos na mobilização dos cidadãos e estes efeitos vai necessariamente na direcção de aumentar a sua predisposição à participação?

Neste paper vamos procurar responder a estas questões – com atenção também à dimensão comparativa – analisando as dinâmicas dos ciclos de protesto portugueses, reconstruídos com base no European Protest and Coercion Data, uma base de dados dos eventos de protestos em Europa que abrange as últimas duas décadas do séc. XX, construída usando como fonte Lexis-Nexis e Reuter's European textline.

**UM PAÍS DE BRANDOS COSTUMES? MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ACTIVISMO**  
**NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO EM PERSPECTIVA COMPARADA**

MODERADOR: Guya Accornero – CIES-IUL / DISCUSSANT: Tiago Fernandes – FCSH-UNL

**Título de comunicação:** *Recent Protest Events in Portugal and Spain Compared*

**Autor:** BRITTA BAUMGARTEN (brbaumgarten@yahoo.com)

**Instituição:** CIES-IUL

**RESUMO**

My paper compares the 2011 demonstrations in Spain and Portugal, which were remarkable for both countries. A large protest event took place in Portugal already in March, followed by further big protests in October. In Spain a series of big protest events started in May. Remarkable protests have been taking place over several months, accompanied by a range of assemblies and working groups on political issues. Why are the recent mobilizations in Spain more successful than in Portugal in terms of duration and growing political awareness of people? Based on expert interviews and participatory observation, the organizational structure of the movements and their development over time are compared, taking into consideration main mobilizing actors and alliances and experiences of past mobilizations and their perceived outcomes. The paper argues that the structure of civil society and the types of actors engaged in political issues are important factors to explain differences between Portugal and Spain. Civil society is slowly changing in both countries, while those aspects advantageous for protest are still rather to be found in Spain than in Portugal.

**UM PAÍS DE BRANDOS COSTUMES? MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ACTIVISMO  
NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO EM PERSPECTIVA COMPARADA**

MODERADOR: Guya Accornero – CIES-IUL / DISCUSSANT: Tiago Fernandes – FCSH-UNL

**Título de comunicação:** *Los jóvenes portugueses ante un nuevo ciclo de movilización social y participación política. Qué está cambiando?*

**Autor:** JESUS SANZ (jesus.sanz@ics.ul)

**Instituição:** ICS-UL

**RESUMO**

En los últimos meses, en la Península Ibérica, se han desarrollado diferentes movilizaciones sociales en las que los jóvenes han tenido un papel preponderante. Se trata de diversas estrategias de movilización (asambleas populares, manifestaciones, acampadas) con las que se expresa una larga agenda de reivindicaciones que van desde el rechazo a las medidas gubernamentales de recorte social hasta la reivindicación de un cambio en el modelo de democracia. Este hecho contrasta con la relativa apatía política que se observaba entre los jóvenes en los inicios de siglo y que justificó varias expresiones de preocupación por parte del presidente de la república portuguesa, que centró buena parte de su intervención en las sesiones conmemorativas del 25 de abril de los años 2007 y 2008 en este tema. Se produce, por tanto, un momento de cierta efervescencia política entre los ciudadanos más jóvenes, que incorporan nuevas formas de movilización y atribuyen de nuevas características a la participación política. En mi intervención aportaré datos sobre la evolución de algunos indicadores de participación política de los jóvenes españoles y portugueses, describiré los elementos que me parecen más relevantes de esta nueva ola de movilización e intentaré analizar sus implicaciones desde la preocupación sociológica clásica por la identidad colectiva (comunidad) en procesos de cambio social e institucional.

**UM PAÍS DE BRANDOS COSTUMES? MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ACTIVISMO  
NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO EM PERSPECTIVA COMPARADA**

MODERADOR: Guya Accornero – CIES-IUL / DISCUSSANT: Tiago Fernandes – FCSH-UNL

**Título de comunicação:** *As duas faces de Janus do sindicalismo português: diálogo social versus mobilização social e em tempo de crise*

**Autor:** HENRIQUE SOUSA (henriquejcsousa@gmail.com)

**Instituição:** FCSH-UNL

### RESUMO

Partindo da tese da centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas, propomo-nos examinar como se articula na acção colectiva dos sindicatos a sua dimensão integradora como grupos de interesses e de pressão orientados para o diálogo social e a negociação colectiva e a sua dimensão reivindicativa, de resistência e de protesto enquanto parte do movimento social. Nessa perspectiva, analisamos as forças, as fraquezas e os recursos de poder actuais dos sindicatos portugueses, no contexto da profunda crise económica, financeira e social e das políticas de austeridade que investem na desvalorização e precarização do trabalho (e na fragilização dos sindicatos) como variável a sacrificar em nome da competitividade. Examinamos as características específicas do sindicalismo português derivadas do seu percurso e contexto institucional e político, da sua acção colectiva enquanto actor político, as linhas de convergência e divisão política que o atravessam, os problemas actuais da sua representação e representatividade. Sustentamos a convergência dos sindicatos com os movimentos sociais como caminho necessário para enfrentar os riscos actuais que ameaçam a sua relevância política e social.

**TÊM FUTURO AS NEGOCIAÇÕES UNIÃO EUROPEIA – MERCOSUL?**

**PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS**

**- MESA REDONDA -**

MODERADOR: Andrés Malamud . ICS-IUL

**Autores:**

**JORGE FAURIE** - Embaixador da República Argentina

**PAULO FERES** – Ministro Conselheiro do Brasil

**LUIS FRETES CARRERAS** - Embaixador da República do Paraguay

**JOSÉ IGNACIO KORZENIAK** - Embaixador da República Oriental do Uruguai

**RESUMO**

Transcurrida más de una década desde el inicio de las negociaciones de un tratado de libre comercio entre la Unión Europea y el MERCOSUR, las perspectivas de lograr un acuerdo en el corto plazo aparecen poco auspiciosas.

En este panel, los Embajadores de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay acreditados en Portugal presentan sus puntos de vista y proyectan el futuro con la crisis económica europea como trasfondo.

**ELITES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

MODERADOR: José Leite Viegas – ISCTE-IUL

**Título de comunicação:** *A Bolívia: um novo bloco social ou uma nova elite política?*

**Autor:** FRAN ESPINOZA (espinoza.fran@gmail.com)

**Instituição:** Univ. Coimbra

**RESUMO**

A Ciência Política como ciência dinâmica defronta-se a cada dia com novos fenômenos políticos e sociais que necessitam análises, atualizações e interpretações constantes. Tal é o caso dos novos relacionamentos de poder na atual Bolívia, onde no início dos anos noventa o surgimento de agrupamentos sociais cada vez mais articulados demonstraram o seu descontentamento com a elite tradicional (elite política e económica), o que os converteu na «contraélite» daquele momento. É dessa maneira que a suas capacidades organizativa e contestaria originou a transformação de movimentos sociais num partido político: MAS (Movimento ao Socialismo) que desde 2005 governa o país.

Partindo da hipótese que indivíduos dos estratos inferiores passaram a conformar uma nova elite política, então terá que se perguntar, que papel está a jogar a antiga elite de acordo a definição tradicional? É possível referir-nos a uma nova elite política indígena? Quem governa o país: um bloco social ou uma nova elite política?



**ELITES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

MODERADOR: José Leite Viegas – ISCTE-IUL

**Título de comunicação:** *El proceso de selección de candidatos a presidente en el partido popular y el partido socialista para las elecciones generales de 2011***Autor:** MELANY BARRAGÁN (mbarragan@usal.es)  
DANIELA VARGAS (dvargas@usal.es)**Instituição:** Univ. de Salamanca**RESUMO**

El objetivo de este trabajo es explicar los factores que influyeron en el proceso de selección de candidatos para la presidencia del gobierno en los dos partidos políticos mayoritarios en España, el Partido Popular y el Partido Socialista Obrero Español, en 2011. Para ello, se estudiarán tanto los procedimientos formales para la selección de candidatos como los mecanismos internos que intervinieron, prestando especial atención a las estrategias llevadas a cabo por cada candidato, las características de su modelo de liderazgo, el grado de competencia interna dentro del partido y a los mecanismos informales para la toma de decisiones. Asimismo, se prestará atención al papel jugado por la opinión pública y a las percepciones de los electores, vinculándolo con la influencia que la actual coyuntura política y económica ha podido ejercer en el procedimiento.

**DEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA II**

MODERADOR: Edalina Sanches – ICS-UL

**Título de comunicação:** *Consolidação da democracia em África: os casos da Namíbia e do Botswana***Autor:** DIANA DA SILVA ANTUNES (antunesdiana@live.com.pt)**Instituição:** Univ. Aveiro**RESUMO**

Fruto de um trabalho de investigação essencialmente teórico, esta comunicação tem como principal objectivo abordar o processo de transição e consolidação da democracia em África, mais especificamente no Botswana e na Namíbia. Pretende-se assim perceber que variáveis têm mais impacto nos processos de consolidação democrática nestes dois países. Terão sido as instituições do estado? Ou a liderança política? E a sociedade civil, que papel desempenhou no processo de consolidação democrática?

Em 1991 a literatura já considerava a Namíbia e o Botswana como democracias estabelecidas<sup>i</sup>, o que desperta para além de curiosidade, uma vontade de tentar perceber os factores que para tal contribuíram.

Tal como o disse Richard L. Sklar (1983, p. 11)<sup>ii</sup>, "*a democracia em África é um processo experimental numa nova geração de países, e devemos estudá-lo não apenas para aprender mais sobre África, mas também para actualizar o nosso conhecimento acerca do significado da própria democracia*".

Assim, esta comunicação, para além de questionar o próprio conceito de democracia e de consolidação democrática, no sentido em que a transporta para o contexto africano, tenta acrescentar ao conhecimento já existente neste campo uma perspectiva comparada dos processos de transição e consolidação democrática na Namíbia e no Botswana.

**DEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA II**

MODERADOR: Edalina Sanches – ICS-UL

**Título de comunicação:** *Sources of party system institutionalization in Africa***Autor:** EDALINA SANCHES (ersanches@ics.ul.pt)**Instituição:** ICS-UL**RESUMO**

Post-1974 party systems have been labelled as *fluid, instable* or *weakly institutionalized* due to their higher levels of electoral volatility, fragile links with civil society, thin organizational resources *inter alia*. Although this has been one of the most important political questions since the beginning of the Third Wave of democratization there is still little evidence on why these patterns emerge. Using an original pooled time-series cross-section dataset of 20 cases from Sub-Saharan Africa (election period ranges from 1969-2011) and building upon a new measure of institutionalization this paper proceeds in two steps. It starts by measuring the level of party system institutionalization and then it seeks to explain its variation across countries and time. For this purpose I rely mostly on institutional (regime type, length of democratic regime, electoral system, authoritarian legacy), and contextual (economic performance, foreign aid, ethnic fragmentation, armed conflict) explanatory variables. Empirical findings of this study can be useful for a new measure institutionalization is used, covering more countries through a longer time-period. In addition it can contribute to further comparisons within Third Wave regions.

**DEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA II**

MODERADOR: Edalina Sanches – ICS-UL

**Título de comunicação:** *Territorial dimension in Ukraine as an indicator of satisfaction with Democracy and political stability in the period of transition*

**Autor:** NATALIYA RESHETOVA (nataliya.reshetova@deusto.es)

**Instituição:** Univ. Deusto

**RESUMO**

Satisfaction with democracy is an important factor of political support. According to the literature one of the factors that influence satisfaction with democracy is a territorial dimension (Dalton 2004, Birch 2000, Bell 1999, Craumer, Clem 1999, Ferguson 1999, Kuzio 2000, Light, White, Löwenhardt 2002 , Loughlin 2001, Holdar 1995, Wilson 1997, etc.). Consequently, this paper examines territorial dimension in Ukraine in the period of transition and how does it influence satisfaction with democracy and political situation in this emerging democracy.

**LUSOFONIA – INSTITUIÇÕES E ACTORES POLÍTICOS E SOCIAIS I**

MODERADOR: Raquel Patrício – ISCSP-UTL

**Título de comunicação: *Organização e institucionalização partidária: sugestão para novos indicadores na América Latina*****Autor: BRUNO BOLOGNESI (brunobolognesi@yahoo.com.br)****Instituição: Univ. Federal de São Carlos****RESUMO**

Os estudos sobre institucionalização partidária tiveram como principal fonte os modelos britânico e americano em sua concepção. Isto levou a um diagnóstico no mínimo confuso, acerca do funcionamento e organização dos partidos políticos latino-americanos e, especialmente, os brasileiros. Porém, os partidos políticos acabaram triunfando e perdurando em diversos países da AL.

A proposta deste artigo é oferecer o arcabouço teórico e um indicador empírico para uma possível resposta ao sucesso dos partidos políticos no Brasil. Para tanto a teoria das organizações partidárias servirá como alternativa às teorias sistêmicas ou desenvolvimentistas sobre os partidos e seus efeitos inesperados.

A primeira parte do paper apresenta uma breve discussão teórica sobre os indicadores utilizados para mensurar a institucionalização partidária na América Latina e no Brasil, seguido das sugestões propostas como alternativas a esta agenda pela teoria da organização partidária. A segunda discute empiricamente os indicadores organizacionais para a institucionalização dos partidos, aqui, somente para o caso brasileiro. A terceira parte do texto apresenta os indicadores a suas formas sugeridas de mensuração empírica, bem como as variáveis que podem ser mobilizadas para tal operação. Finalmente, o artigo conclui com um quadro resumo para um indicador organizacional de institucionalização partidária e apresenta sugestões de pesquisa.

**LUSOFONIA – INSTITUIÇÕES E ACTORES POLÍTICOS E SOCIAIS I**

MODERADOR: Raquel Patrício – ISCSP-UTL

**Título de comunicação: *Uma análise do formato e da dinâmica do sistema partidário brasileiro*****Autor: PAULO PERES (peres.ps@gmail.com)****Instituição: Univ. Federal do Rio Grande do Sul****RESUMO**

As análises de política comparada que enfocam os sistemas partidários latino-americanos são praticamente unânimes em duas conclusões: a primeira delas é que os países da região teriam sistemas menos institucionalizados do que seus congêneres europeus; a segunda é que, dentre eles, o sistema brasileiro seria um dos mais instáveis. Porém, essa literatura apresenta problemas conceituais e metodológicos importantes, como o viés normativo contido nas noções de institucionalização e fragmentação e, principalmente, a ausência de dados empíricos adequados. Desse modo, a proposta consiste na análise de dados que possibilitam uma avaliação mais acurada do formato e da dinâmica dos sistemas partidários brasileiros nos níveis nacional e sub-nacional, a partir dos clássicos indicadores de desempenho sistêmico, ou seja, o índice de volatilidade eleitoral, o índice de proporcionalidade da representação e o número efetivo de partidos. Como mostrarão os dados, existem variabilidades espaciais e temporais que dificultam o estabelecimento de inferências peremptórias para todo o país, uma vez que isso demanda análises desagregadas e contextualizadas, algo desconsiderado pela literatura de política comparada. Serão analisados os dados eleitorais para a Câmara dos Deputados e para as Assembléias Legislativas, de 1982 até 2010.

**LUSOFONIA – INSTITUIÇÕES E ACTORES POLÍTICOS E SOCIAIS I**

MODERADOR: Raquel Patrício – ISCSP-UTL

**Título de comunicação: *O sistema partidário brasileiro: testando a hipótese de cartelização*****Autor: PEDRO FLORIANO RIBEIRO (pfribeiro@ufscar.br)****Instituição: Univ. Federal de São Carlos****RESUMO**

Apesar das críticas e controvérsias acerca do modelo do partido cartel (Katz e Mair, 1995), diversos pesquisadores têm testado sua validade empírica nos últimos anos, seja para casos nacionais específicos, seja com uma perspectiva comparada. Em relação à América Latina, Alcántara Sáez (2004) aventou a hipótese de cartelização como decorrência da consolidação da democracia na região, enquanto Nicolau (2010) levantou essa possibilidade para o caso brasileiro. Este artigo realiza o primeiro teste sistemático da hipótese de cartelização do sistema partidário brasileiro, a partir de diversos indicadores empíricos – já empregados para o teste de outros casos, e também sugeridos em recente atualização do modelo (Katz e Mair, 2009). Os indicadores são agrupados em três conjuntos: a) vínculos dos partidos com a sociedade e o Estado; b) estrutura decisória intrapartidária; c) comportamento dos partidos no Congresso Nacional em relação a questões-chave, procurando identificar estratégias de colusão entre os maiores partidos visando proteger sua posição. As conclusões apontam para uma confirmação parcial da hipótese, destacando que existem algumas resistências ao processo no caso brasileiro.











---

<sup>i</sup> Joseph, R. (1991). Africa: The Rebirth of Political Freedom. *Journal of Democracy* , 2 (4), 11-24.

<sup>ii</sup> Sklar, R. L. (1983). Democracy in Africa. *African Studies Review* , 26 (3/4), 11-24.